



**OITAVO TERMO ADITIVO AO
CONTRATO DE GESTÃO CELEBRADO
ENTRE A UNIÃO, POR INTERMÉDIO DO
MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA
E INOVAÇÃO - MCTI E O CENTRO DE
GESTÃO E ESTUDOS ESTRATÉGICOS -
CGEE, COM A INTERVENIÊNCIA DA
FINANCIADORA DE ESTUDOS E
PROJETOS - FINEP, NA FORMA
ABAIXO.**

A UNIÃO, por intermédio do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, doravante denominado MCTI, na qualidade de contratante, neste ato representado por seu titular, o Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia e Inovação, CLELIO CAMPOLINA DINIZ, inscrito no CPF/MF sob o n.º 006.416.186-20, a Financiadora de Estudos e Projetos, doravante denominada FINEP, na qualidade de interveniente e como Secretaria Executiva do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – FNDCT, com sede na cidade de Brasília-DF e serviços na cidade do Rio de Janeiro, à Praia do Flamengo n.º 200, inscrita no CNPJ sob o n.º 33.749.086/0001-09, neste ato representada por seu Presidente, GLAUCO ANTONIO TRUZZI ARBIX, inscrito no CPF/MF sob o n.º 518.652.118-34, e seu Diretor, CLÁUDIO GUIMARÃES JÚNIOR, inscrito no CPF/MF sob o n.º 518.652.118-34, como interveniente, e o Centro de Gestão e Estudos Estratégicos, doravante denominado CGEE, neste ato representado por seu Presidente, MARIANO FRANCISCO LAPLANE, inscrito no CPF/MF sob o n.º 096.769.418-32, e seu Diretor Executivo, MARCIO DE MIRANDA SANTOS, inscrito no CPF/MF sob o n.º 618.397.877-91, com fundamento na Lei n.º 9.637, de 15 de maio de 1998, resolvem firmar o presente TERMO ADITIVO ao Contrato de Gestão assinado em 27 de maio de 2010, que será regido pelas cláusulas e condições que se seguem:

This block contains handwritten signatures and a circular stamp. On the left, there are two distinct signatures. On the right, there is a circular stamp with the text 'FINEP' at the top and 'JURÍDICO' at the bottom. A signature is written across the stamp, and another signature is written above it.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO E DA FINALIDADE

O presente Termo Aditivo tem por finalidade atender ao estabelecido nas Subcláusulas Segunda e Quarta, da Cláusula Primeira do Contrato de Gestão em vigor, garantindo a continuidade de ações constantes do Sétimo Termo Aditivo ao Contrato de Gestão, firmado em 20 de novembro de 2013 e a inclusão das novas ações, subações e atividades a serem desenvolvidas durante os exercícios de 2014 e 2015, conforme demonstrado no Anexo I – Plano de Ação – com a correspondente alocação de novos recursos financeiros, assegurando o fomento das atividades relacionadas aos objetivos previstos no Contrato de Gestão, nos termos estabelecidos em sua Cláusula Segunda.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO PROGRAMA DE TRABALHO

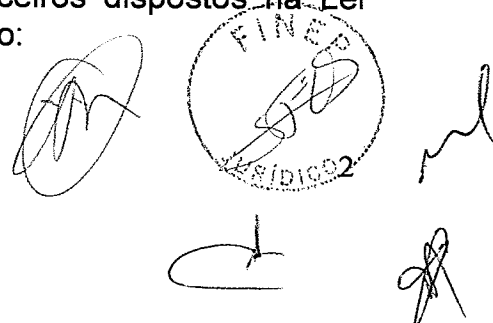
O presente Termo Aditivo estabelece a programação de trabalho negociada para o ano de 2014, conforme detalhamento constante do Anexo I – Plano de Ação – onde estão relacionadas as ações, subações, atividades e os correspondentes prazos e valores estimados, com metas de desempenho e resultados indicados no Quadro de Metas, Prazos e Pesos – (Anexo III)

Subcláusula Primeira - Integram ainda o presente instrumento, independentemente de transcrição, a Planilha Demonstrativa de Repactuação de Valores Acumulados (Anexo II), o Cronograma de Desembolso (Anexo IV), o Quadro Demonstrativo de Ementas e Memória de Cálculo (Anexo V) e a Planilha Síntese da Estimativa de Custos (Anexo VI) – que poderão ser alterados por acordo entre as partes.

Subcláusula Segunda – Para estruturar a realização de tarefas que demandam esforços cumulativos de desenvolvimento de competências visando prover apoios continuados do CGEE ao SNCTI, fica mantida a modalidade *Atividade* como componente das Ações no Plano de Ação.

CLÁUSULA TERCEIRA – DOS RECURSOS FINANCEIROS

Para o alcance do proposto no presente Termo Aditivo, o MCTI e a FINEP repassarão o montante de R\$ 37.950.000,00 (trinta e sete milhões, novecentos e cinquenta mil reais) ao CGEE - OS, conforme Cronograma de Desembolso – Anexo IV – utilizando recursos financeiros dispostos na Lei Orçamentária Anual. O repasse fica assim estabelecido:



The image shows several handwritten signatures and a circular stamp. The stamp is from FINEP (Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Pernambuco) and contains the text 'FINEP' at the top and 'PERNAMBUCO' at the bottom. There are four distinct signatures: one on the left, one in the center overlapping the stamp, one on the right, and one at the bottom right.

- Da parte do MCTI (UO 24101) um total de **R\$ 5.391.850,00 (cinco milhões trezentos e noventa e um mil oitocentos e cinquenta reais)**, utilizando recursos financeiros dispostos na Lei Orçamentária Anual, previstos no Programa de Trabalho 19.571.2021.212H.0001.0004 e empenhados sob nº 2014NE000006.

- Da parte da FINEP/FNDCT (UO 24901), um total de **R\$ 32.558.150,00 (trinta e dois milhões quinhentos e cinquenta e oito mil cento e cinquenta reais)** a serem repassados diretamente pela FINEP ao CGEE, oriundos de recursos orçamentários do FNDCT assegurados na LOA 2014, previstos no Programa de Trabalho 19.571.2021.212H.0001.0004, conforme empenhos nº 2014NE003122 e nº 2014NE003123.

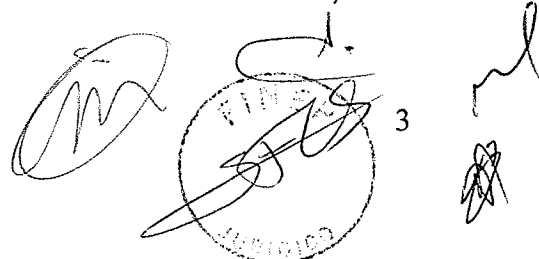
CLÁUSULA QUARTA – DA REPROGRAMAÇÃO DOS SALDOS FINANCEIROS IDENTIFICADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013.

Ficam reprogramados os **saldos financeiros** das ações iniciadas em exercícios anteriores no montante de **R\$ 16.145.451,95** (dezesseis milhões cento e quarenta e cinco mil quatrocentos e cinquenta e um reais e noventa e cinco centavos), apurados em 31/12/2013, da seguinte forma:

I – O valor de R\$ 6.300.779,74 (seis milhões, trezentos mil, setecentos e setenta e nove Reais e setenta e quatro centavos) correspondente às ações iniciadas em exercícios anteriores e continuadas no exercício de 2014;

II – O valor de R\$ 3.094.263,39 (três milhões, noventa e quatro mil, duzentos e sessenta e três Reais e trinta e nove centavos) correspondente às novas ações a serem executadas pelo CGEE relativas às reincorporações ao Contrato de Gestão dos montantes:

- a) R\$ 128.213,28 (cento e vinte e oito mil, duzentos e treze Reais e vinte e oito centavos) em observância ao item 9.2.1 do Acórdão TCU nº 1509/2012 e subsequentes (5919/2013 e 7031/2013); e
- b) R\$ 2.966.050,11 (dois milhões novecentos e sessenta e seis mil, cinquenta Reais e onze centavos) relativos ao valor acumulado dos lançamentos efetuados a título de depreciação dos bens patrimoniais adquiridos com recursos do Contrato de Gestão desde 2002, conforme evidenciado no quadro “Demonstrativo da Evolução do Contrato de Gestão”, em



The image shows several handwritten signatures and a circular stamp. The stamp is from FINEP/FNDCT and has the number '3' next to it. There are also some other handwritten marks on the right side of the page.

consonância com a determinação do Tribunal de Contas da União – TCU, nos Acórdãos nº 1509/2012, 5919/2013 e 7031/2013, respectivamente de 27/03/2012, 03/09/2013 e 09/10/2013.

III – O valor de R\$ 6.750.408,82 (seis milhões, setecentos e cinquenta mil, quatrocentos e oito Reais e oitenta e dois centavos) correspondente à Reserva Técnica Financeira estabelecida para o exercício de 2014.

CLÁUSULA QUINTA – DO TETO REMUNERATÓRIO

O pagamento de salários do pessoal do CGEE, com recursos do Contrato de Gestão, deverá observar como parâmetro o teto remuneratório referente ao valor mensal de R\$ 26.315,01 (vinte e seis mil, trezentos e quinze reais e um centavos), resultado da atualização dos valores fixados para 2013, pela aplicação do índice de 5,82% (cinco vírgula oitenta e dois por cento) correspondente ao valor do Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC, do IBGE, para ao mês de maio/2014.

CLAUSULA SEXTA – DAS CONDIÇÕES ESPECÍFICAS PARA 2014

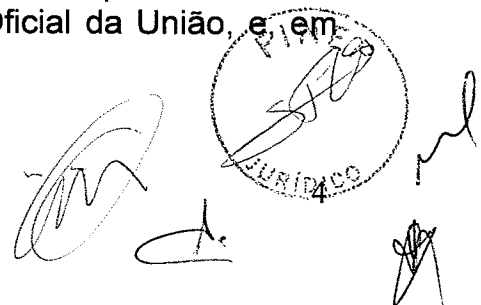
Permanece suspensa e condicionada a ajustes por ocasião da repactuação da Sistemática de Avaliação, a execução da avaliação referente às Dimensões de Avaliação “Qualidade de Processos e Produtos”, “Desenvolvimento Institucional” e de “Efetividade” previstas para 2011, 2012, 2013 e 2014 no Quadro de Indicadores do Anexo III do Contrato de Gestão.

CLAUSULA SÉTIMA – DA VIGÊNCIA

O presente Termo Aditivo tem vigência a partir da sua assinatura e ratifica os trabalhos regularmente praticados pela OS em cumprimento aos objetivos, metas e ações deste Contrato de Gestão, desde 01.01.2014.

CLÁUSULA OITAVA – DA PUBLICIDADE

O presente instrumento será publicado, pelo ÓRGÃO SUPERVISOR, em extrato, no prazo legal, no Diário Oficial da União, e em sua íntegra, no sítio que mantém na internet.



The image shows several handwritten signatures in black ink. To the right, there is a circular stamp with the word "FIM" at the top and "JURÍDICO" at the bottom. A signature is written across the stamp.

CLÁUSULA NONA - DA RATIFICAÇÃO

Ficam ratificadas todas as demais cláusulas e condições estabelecidas no Contrato de Gestão que ora se adita, compatíveis e não alteradas pelo presente instrumento.

E por estarem assim, justas e acordadas, firmam as partes o presente TERMO ADITIVO em três vias de igual teor e forma, para os mesmos fins de direito, na presença das testemunhas abaixo.

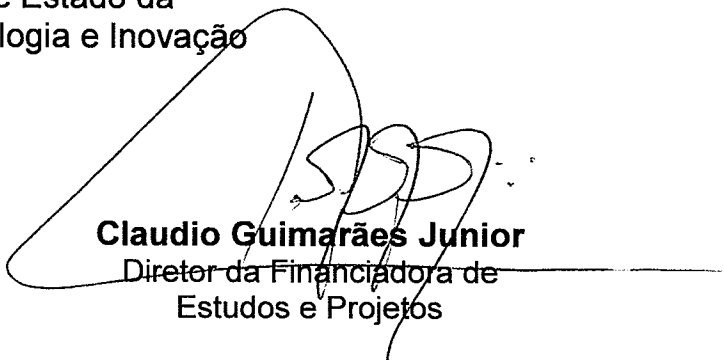
Brasília-DF, de _____ de 2014.



Clelio Campolina Diniz
Ministro de Estado da
Ciência, Tecnologia e Inovação



Maria Saete Cavalcanti
Presidente em exercício da
Financiadora de Estudos e Projetos



Claudio Guimarães Junior
Diretor da Financiadora de
Estudos e Projetos



Mariano Francisco Laplane
Presidente do Centro de Gestão e
Estudos Estratégicos



Marcio de Miranda Santos
Diretor Executivo do Centro de Gestão
e Estudos Estratégicos

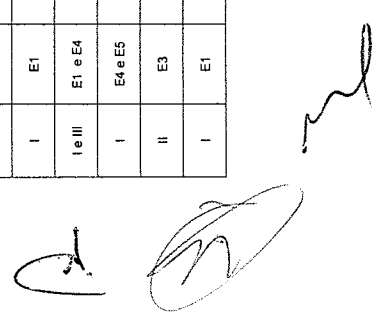
Testemunhas:

Nome:
CPF:

Nome:
CPF:



Vinculação e Aderência		Linhas de Ação	Ação	Subação/Atividade	Saldo em 31.12.2013	Demandante	Novos Recursos	Previsão de Conclusão
Objetos Estratégicos do CG	Eixo de Atuação							
I	E1	1	Inovação e Competitividade em Setores Econômicos e Industriais	Agendas Tecnológicas Setoriais	1.187.070,80	ABDI		31/12/2014
I	E1	1		Sistema Financeiro Nacional e financiamento à inovação: análise de padrões com destaque para fontes privadas - Etapa II	300.000,00	SEXEC / MCTI		30/06/2014
I	E1	1		Programa demonstrativo para inovação em cadeia produtiva selecionada - Etapa II	200.000,00	SEXEC / MCTI		31/12/2014
I	E1	1		Novos desafios tecnológicos da matriz energética brasileira	300.000,00	SETEC / CGEE		30/06/2014
IV	E3	1		Plano estratégico em CTI para a indústria de hardware nos setores de informação e comunicação	200.000,00	SEPIN / MCTI		31/12/2014
I	E1	2		Evolução da capacidade de inovação das grandes empresas brasileiras de capital nacional		SEXEC/MCTI e BNDES	1.000.000,00	30/06/2015
I	E1	4		Sistema produtivo e inovativo do Carnaval		Comissão de Cultura de Câmara dos Deputados	200.000,00	31/12/2014
I	E1	1		Mapeamento da capacidade brasileira na produção de software livre		SEPIN / MCTI	800.000,00	30/06/2015
I	E1	1		Acumulação de competências na indústria farmacêutica brasileira		BNDES	350.000,00	30/06/2015
I	E2	3		Recursos Materiais e Humanos para o Programa Nacional de Atividades Espaciais (PNAE) - Etapa II	985,00	MCTI		30/06/2014
I	E2	3	Temas Estratégicos para o Desenvolvimento do Brasil	Desenvolvimento de competências sobre Terras Raras no Brasil	34.822,32	SETEC / MCTI		31/12/2014
I e II	E3	1		Estratégia de expansão da Educação Superior no Brasil	850.000,00	MEC		31/12/2014
I	E2	3		Estratégia de ação para o tema "Cidades Sustentáveis"		SECSIS / MCTI	300.000,00	30/06/2015
I e II	E3	1 e 5		Subsídios para a ENCTI 2016 - 2020		MCTI	1.000.000,00	30/06/2015
I	E2	5		CTI para o desenvolvimento social		MCTI	350.000,00	30/06/2015
I	E3	1		Afinação da viabilidade econômica e financeira das IES privadas	250.000,00	MEC		31/12/2014
I e IV	E3	1		Modelo de avaliação do FNDCT	300.000,00	SEXEC / MCTI	1.000.000,00	30/06/2015
I	E3	1		Sistema de monitoramento e metodologia de avaliação do Sibratoc	200.000,00	SETEC / MCTI		30/06/2014
II	E3	1		Apoio ao processo de monitoramento do plano Inova Empresa e Embrapii	300.000,00	SEXEC / MCTI		30/06/2014
I	E1	1		Balancos dos 10 anos do programa "Melhoria de Processo do Software Brasileiro - MPS-BR"		SEPIN / MCTI	150.000,00	30/06/2015
I e III	E1 e E4	1	Apoio ao Programa Nacional de Ciência (Plataformas de Conhecimento)		SEXEC/MCTI	2.500.000,00	30/06/2015	
I	E4 e E5	1	Avaliação dos INCTs - Etapa IV		CNPq	400.000,00	30/06/2015	
II	E3	1 e 5	Atividade - Recursos Humanos para CT&I	537.516,21	CGEE		31/12/2014	
I	E1	1	Atividade - Indicadores de Inovação	612.348,30	CGEE		31/12/2014	






I	E1	2		Subsídios técnicos para o aprimoramento de marcos legais	Impactos potenciais do marco regulatório associado ao Patrimônio Genético Nacional	24.947,58	CA	200.000,00	31/12/2014
I e III	E1	1			Sistema de monitoramento dos MAGI	192.000,00	SETEC/MCTI e CNI	30/06/2014	30/06/2014
II e III	E3	5			Apoio à criação de uma instituição de Ensino Superior indígena	350.000,00	MEC	30/06/2014	30/06/2014
I e III	E3	4		Aranjos Institucionais em temas relevantes para políticas e programas em CT&I	Implantação do Centro de Alvos Estudos Brasil Século XXI	1.006.846,72	MCTI/MEC	31/12/2014	31/12/2014
II	E5	5		Articulação	Mapa da educação profissional e tecnológica no Brasil	988.838,00	MEC	31/12/2014	31/12/2014
I	E3	1 e 2			Nova abordagem para o Sistema Nacional de Pesquisa Agropecuária		Embrapa/Consepa	1.000.000,00	30/06/2015
I	E3	1			Modelos Institucionais para a gestão em CTI			1.000.000,00	30/06/2015
I e III	E3	4			Internacionalização da CT&I Brasileira			450.000,00	31/12/2014
III	E3	4			Agenda de cooperação em CT&I com os BRICS		ASSIN/MCTI	200.000,00	31/12/2014
I e III	E2	4			Atividade - Inserção do CGEE em agendas internacionais	667.400,65	CGEE	150.000,00	31/12/2014
I e II	E3	1			Fortalecimento do ensino de engenharia e da cooperação internacional do Instituto Tecnológico de Aeronáutica - ITA	2.095.646,41	MCTI		30/06/2014
I	E3	1		Subsídios para o Reposicionamento Estratégico de Instituições de CT&I	Ciência, Tecnologia e Inovação para o desenvolvimento do Nordeste	629.039,92	CONSECTI e CONFAP		30/06/2014
I	E5	5			Ciência, Tecnologia e Inovação para o desenvolvimento sustentável do Sudeste do Brasil		SEPEDI/MCTI e MI	400.000,00	30/06/2015
III	E3	5		Apoio Técnico à Gestão Estratégica do SINCTI	Aplicação do foro de discussão de temas para o desenvolvimento brasileiro - aspectos econômicos e sociais	166.737,96	SEXEC / MCTI		30/06/2014
III	E3	5			Percepção pública da CT&I no Brasil	250.000,00	SECS / MCTI		31/12/2014
I e III	E3	1			Atividade - Notas técnicas	6.730,04	CGEE	300.000,00	31/12/2014
III	E3	1			Atividade - Reuniões de especialistas	151.439,04	CGEE	300.000,00	31/12/2014
III	E3	1			Evolução de Plataformas eletrônicas para a gestão do SINCTI	2.190.296,60	CGEE	1.400.000,00	31/12/2014
III	E5	1		Disseminação da Informação em CT&I	Atividade - Desenvolvimento e atualização de plataformas eletrônicas em CT&I	155.487,83	CGEE	600.000,00	31/12/2014
III	E5	1		Desenvolvimento Institucional	Atividade - Observatório em Ciência, Tecnologia e Inovação	64.845,25	CGEE	900.000,00	31/12/2014
III	E5	1		Desenvolvimento Institucional	Atividade - Desenvolvimento de competências e ferramentas em prospecção, avaliação estratégica, gestão da informação e do conhecimento	-7.049,37	CGEE	1.600.000,00	31/12/2014
				SUBTOTAL 01		14.886.993,44		17.150.000,00	
					Passoal e Encargos			16.500.000,00	31/12/2014
					Manutenção e operação			6.500.000,00	31/12/2014
					Capacitação de pessoal			300.000,00	31/12/2014
					Investimentos			500.000,00	31/12/2014
				SUBTOTAL 02				23.800.000,00	
				TOTAL GERAL		14.866.993,44		40.950.000,00	

Legendas
Subsídios em andamento
Subsídios novos
Atividades

Objetivos Estratégicos do Contrato de Gestão
I. Promover a realização de estudos e pesquisas na área de ciência, tecnologia e inovação e suas relações com os setores produtivos, além de atividades de avaliação de estratégias e de impactos econômicos e sociais das políticas, programas e projetos científicos e tecnológicos;
II. Oferecer subsídios à formulação de estratégias para a capacitação de recursos humanos na perspectiva da construção e consolidação do sistema nacional de inovação;
III. Apoiar e promover a realização de eventos e de foros de discussão orientados para a construção de convergências entre os diversos atores participantes do processo de inovação e subsidiar escolhas tecnológicas para a sociedade brasileira;
IV. Prover subsídios técnicos para o funcionamento dos Comitês Gestores dos Fundos Setoriais quando solicitado pelos mesmos ou pelo Órgão Supervisor

Eixos de Atuação do CGEE
E1 - Inovação e Competitividade
E2 - Sustentabilidade e Qualidade da Vida - Desafios Contemporâneos Nacionais e Globais
E3 - Gestão Inovadora e Estratégica do SINCTI
E4 - Novas Fronteiras do Conhecimento
E5 - Desenvolvimento Institucional

Estratégia Nacional de C, T & I
1. Redução da defasagem científica e tecnológica que ainda separa o Brasil das nações mais desenvolvidas
2. Expansão e consolidação da liderança brasileira na economia do conhecimento na natureza
3. Ampliação das bases para a sustentabilidade ambiental e o desenvolvimento de uma economia de baixo carbono
4. Consolidação do novo padrão de inserção internacional do Brasil
5. Superação da pobreza e redução das desigualdades sociais e regionais

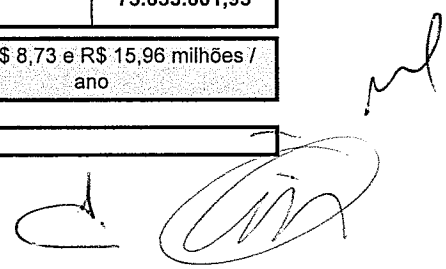




Oitavo Termo Aditivo ao Contrato de Gestão CGEE / MCTI / FINEP

Período 2010 / 2016

Anexo II

Demonstrativo da Repactuação de Saldos Financeiros em 31.12.2013				
Posição em 31.12.2013	Saldos financeiros passíveis de repactuação em 2014	Saldo em conta corrente (c/c 435.002-2 Banco do Brasil)	44.763,69	
		Saldo em aplicações financeiras (conta 435.002-2 Banco do Brasil)	16.100.688,26	
		Créditos a receber relativos ao 7º Termo Aditivo	21.558.150,00	
Total de Saldos Financeiros				37.703.601,95
Posição em 01.01.2014	Decomposição dos saldos financeiros repactuáveis - Oitavo Termo Aditivo ao Contrato de Gestão	Saldo para Reserva Técnica	9.843.432,06	34.610.573,71
		Ações iniciadas em exercícios anteriores e continuadas em 2014	14.866.993,50	
		Compromissos a liquidar	9.900.148,15	
		Reincorporação ao CG em atendimento ao item 9.2.1 do Acórdão 1509/2012 e subsequentes (5919/2013 e 7031/2013)	128.218,28	3.093.028,24
		Reincorporação ao CG dos saldos acumulados da Depreciação - 2002 a 2013	2.964.809,96	
Saldo Financeiro Repactuável				37.703.601,95
Valores do Oitavo Termo Aditivo ao Contrato de Gestão	Reserva Técnica para 2014	9.936.460,30	37.703.601,95	
	Ações Continuadas e Compromissos Firmados (créditos e débitos)	24.767.141,65		
	Novas Ações /subações / Atividades	3.000.000,00		
	Novos Recursos - MCTI	5.391.850,00	37.950.000,00	
	Novos Recursos - FNDCT *	32.558.150,00		
	Novos Recursos - MEC	0,00		
Valores Globais para o Oitavo Termo Aditivo ao Contrato de Gestão			75.653.601,95	
Limite mínimo e máximo para a Reserva Técnica (04 e 08 meses)			Entre R\$ 8,73 e R\$ 15,96 milhões / ano	
* 98,0 % do limite estabelecido no Orçamento da União				



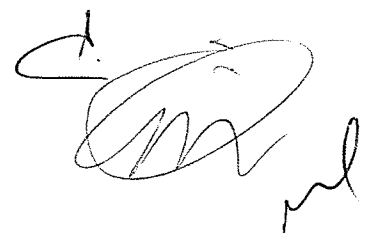
Oitavo Termo Aditivo ao Contrato de Gestão CGEE/MCTI/FINEP

Período 2010/2016

Anexo III

QUADRO DE METAS DO PLANO DE AÇÃO - OBJETIVOS, PRAZOS E PESOS ASSOCIADOS

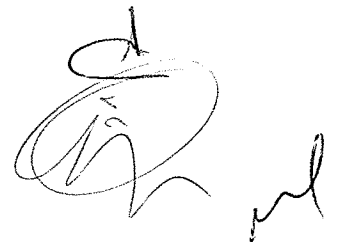
				Prazos	Pesos	
Linha de Ação 01: Estudos, Análises e Avaliações	Meta 01: Concluir 10 (dez) subações nesta Linha de Ação			31/12/2014	2,0	
	Atividade: Recursos Humanos para CT&I					
	Alvo estratégico - Consolidar o sistema de informação de dados estatísticos e análises sobre os recursos humanos para a CT&I	Projeto: Formação de novos quadros para CT&I: a trajetória profissional dos egressos do Programa PIBIC	Produto 1	Elaborar o relatório "PIBIC em números"		
		Projeto: Estudo sobre os doutores titulados no exterior e a atualização dos dados de Mestres e Doutores (2010 e 2011)	Produto 2	Produzir nova versão da webpage, com dados 2010 e 2011 e ferramenta interativa para usuários		
			Produto 3	Gerar relatório estatístico sobre a trajetória profissional dos doutores titulados no exterior		
	Atividade: Indicadores de Inovação					
	Alvo estratégico - Desenvolver sistema de informação de alimentação descentralizada sobre atividade inovativa no País	Projeto: Indicadores da capacidade de inovação nas empresas brasileiras	Produto 4	Concluir cesta de indicadores de inovação		
		Projeto: Indicador composto de impacto da inovação na economia	Produto 5	Validar estimativa deste indicador para o Brasil		
	Meta 02: Concluir quatro dos cinco produtos listados acima			31/12/2014	1,2	
	Linha de Ação 02: Articulação	Meta 03: Concluir 5 (cinco) subações nesta Linha de Ação			31/12/2014	0,5
Atividade: Inserção do CGEE em agendas internacionais						
Alvo estratégico - Estabelecer vínculos com parceiros internacionais em torno de questões em CT&I sobre o tema desenvolvimento sustentável		Projeto: Agenda positiva para mudança do clima	Produto 1	Produzir relatório dos roadmaps tecnológicos apropriados à mudança climática		
		Projeto: Objetivos do Desenvolvimento Sustentável	Produto 2	Realizar consulta estruturada sobre Padrões de Consumo Sustentável e gerar banco de dados sobre o tema		
		Projeto: Contribuições brasileiras à iniciativa de CT&I para o desenvolvimento sustentável das terras secas da América Latina e o Caribe (ÁRIDASLAC)	Produto 3	Produzir Nota técnica sobre as experiências dos países que já possuem políticas e instrumentos específicos para atuação em DLDD		
			Produto 4	Elaborar o Mapa das competências técnico-científicas (instituições, mestres e doutores) que trabalham no tema na Região Nordeste		
Meta 04: Concluir três dos quatro produtos acima			31/12/2014	0,8		



Linha de Ação 03: Apoio à Gestão Estratégica do SNCT&I	Meta 05: Concluir 3 (três) subações nesta Linha de Ação		31/12/2014	1,5	
	Atividade: Desenvolvimento e atualização de plataformas eletrônicas em CT&I				
	Alvo Estratégico: Apoiar o desenvolvimento e evolução de plataformas eletrônicas de interesse para o SNCTI	Projeto: Portal Inovação	Produto 1	Concluir a especificação do componente extensão tecnológica do Sibratec	
		Projeto: Plataformas eletrônicas SNCTI (Aquarius)	Produto 2	Implementar painéis de conhecimento com o emprego de ferramenta de software livre, substituindo a ISEKP	
			Produto 3	Concluir a automação do processo da Lei de Acesso à Informação - LAI	
	Alvo Estratégico: Consolidação de uma arquitetura de Gestão da Informação (GI) baseada em serviços	Projeto: Integração dos Sistemas de Informações Gerenciais	Produto 4	Implementar a geração automatizada dos relatórios gerenciais do Contrato de Gestão	
			Produto 5	Definir as diretrizes do <i>Project Management Officer</i> - PMO	
		Projeto: Memória Organizacional	Produto 6	Construir o vocabulário controlado da memória organizacional para a indexação, armazenamento e recuperação de informações	
	ATIVIDADE: Notas Técnicas				
	Alvo Estratégico: Prover, a qualquer tempo, informações técnicas relacionadas com demandas eventuais do SNCTI	Projeto: Produção de Notas Técnicas	Produto 7	Elaborar Notas Técnicas de interesse para o SNCT&I	
ATIVIDADE: Reuniões de Especialistas					
Alvo Estratégico: Organizar, a qualquer tempo, reuniões técnicas relacionadas com demandas eventuais do SNCTI	Projeto: Organização de Reuniões de Especialistas	Produto 8	Realizar Reuniões de Especialistas de interesse para o SNCT&I		
Meta 06: Concluir sete dos oito produtos listados acima		31/12/2014	2,0		
Linha de Ação 04: Disseminação da Informação de CT&I	Atividade: Produção e Disseminação da Informação				
	Alvo estratégico - Divulgar as informações e o conhecimento produzido pelo Centro em públicos alvo selecionados	Projeto: Reformulação dos processos de divulgação dos estudos do CGEE	Produto 1	Desenvolver e implementar novo processo operacional para a produção de publicações	
			Produto 2	Publicar e distribuir 02 números da revista Parcerias Estratégicas	
			Produto 3	Publicar e distribuir 08 publicações relacionadas com os estudos desenvolvidos pelo CGEE	
Meta 07: Concluir os três produtos listados acima		31/12/2014	0,5		
Linha de Ação 05: Desenvolvimento Institucional	Atividade: Observatório em Ciência, Tecnologia e Inovação				
	Alvo estratégico - Monitorar sistematicamente tendências em áreas prioritárias da ENCTI	Projeto: Observatório de Tecnologias Espaciais	Produto 1	Implantação do sistema de observação de tecnologias para o setor espacial	
			Produto 2	Produzir o primeiro relatório sobre tecnologias relevantes para o setor espacial	
		Projeto: Mapa Dinâmico do Sistema Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação (SNCTI)	Produto 3	Versões eletrônica e impressa do Mapa Dinâmico do SNCTI	
	Atividade: Desenvolvimento de Competências Metodológicas				
	Alvo estratégico - Capacitar o Centro no uso de métodos e ferramentas relacionadas com suas áreas nodais de atuação	Projeto: Estudos de Futuro	Produto 4	Capacitar quatro empregados no uso de ferramentas de Design Thinking em colaboração com o Chicago Institute of Design	
		Projeto: Avaliação Estratégica	Produto 5	Produzir duas notas técnicas sobre ferramentas e métodos de implantação de <i>Technological Readiness Assessment</i> - TRA e mineração de dados e textos;	
Projeto: Arquitetura da Informação		Produto 6	Definir e documentar as diretrizes da Arquitetura da Informação do CGEE		
Meta 08: Concluir cinco dos seis produtos listados acima		31/12/2014	1,5		
TOTAL			10		

Oitavo Termo Aditivo ao Contrato de Gestão CGEE/MCTI/FINEP**PERÍODO 2010 /2016****ANEXO IV****CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO**

Mês	MCTI	FNDCT/FINEP
Novembro /2014	R\$ 2.391.850,00	R\$ 6.558.150,00
Dezembro / 2014	R\$ 3.000.000,00	R\$ 6.000.000,00
Subtotal	R\$ 5.391.850,00	R\$ 12.558.150,00
Janeiro/ 2015		R\$ 10.000.000,00
Março / 2015		R\$ 10.000.000,00
Totais	R\$ 5.391.850,00	R\$ 32.558.150,00



OITAVO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE GESTÃO CGEE / MCTI / FINEP

Anexo V

EMENTAS/MEMÓRIAS DE CÁLCULO

DETALHAMENTO DOS CUSTOS ESTIMADOS

I - Subações novas ou que receberam recursos adicionais nesse Aditivo, na ordem em que são apresentadas no Anexo I

1. Título da Subação

Evolução da capacidade de inovação das grandes empresas brasileiras de capital nacional

Objetivo estratégico do Contrato de Gestão: I

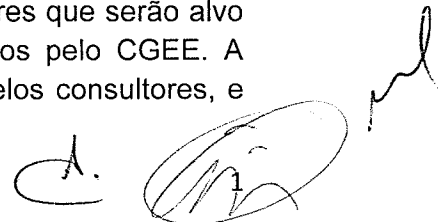
Caracterização da demanda

Nos últimos dez anos verificou-se o crescimento e fortalecimento de grandes grupos empresariais, inclusive com processos de internacionalização, capazes de dinamizar diversos setores e elevar a capacidade de inovação do País, dentro e fora das empresas. Esta dinâmica dos grandes grupos foi catalisada pelo apoio do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, o BNDES, através de operações de crédito, notadamente por instrumentos de renda variável. Este estudo foi uma demanda direta da Secretaria Executiva do MCTI no sentido de compreender o processo de fortalecimento das capacidades inovativas de grandes empresas brasileiras, frente ao impacto do recebimento de crédito de renda variável por parte do BNDES.

Ementa

O objetivo geral desta subação é o de analisar o percurso e o processo de fortalecimento da capacidade inovativa de grandes grupos nacionais, em particular no que tange ao apoio financeiro dado pelo BNDES por meio de instrumentos de renda variável. A articulação prévia feita pelo MCTI e pelo CGEE junto ao BNDES foi exitosa de maneira que também o banco atuará como parceiro no desenvolvimento do estudo, fornecendo dados e informações cruciais ao desenvolvimento do estudo. Neste sentido, o estudo terá início com a preparação termo de cooperação técnica entre o CGEE e o BNDES a fim de garantir o fluxo e o sigilo das informações necessárias.

Após esta etapa preliminar, terá início a etapa de planejamento metodológico do estudo. Nesta etapa, o CGEE, em parceria com o MCTI e o BNDES, definirão as empresas dos seguintes setores: alimentos, bioenergia, metalurgia, papel e celulose e software. Os critérios utilizados para seleção dos estudos de caso serão feitos conjuntamente pelas três instituições. A partir da definição dos setores que serão alvo do estudo, serão selecionados os consultores a serem mobilizados pelo CGEE. A etapa de planejamento metodológico se encerra com a entrega, pelos consultores, e



aprovação, pelo CGEE, das Notas Técnicas metodológicas preparadas por eles para servirem de guia para os estudos. A terceira etapa, de execução do estudo, será composta de pesquisa e análise de documentos sobre as empresas e de pesquisa de campo com atores selecionados. Todas as atividades serão conduzidas de forma participativa entre os principais interessados nessa Subação, de acordo com postura metodológica adotada pelo CGEE que privilegia construções coletivas. Portanto, prevê-se, em adição às atividades finalísticas de natureza técnica, a realização de um conjunto de reuniões de acompanhamento e coordenação com a participação dos consultores envolvidos, principais interessados, sempre que necessário. Por fim, os resultados finais dos estudos serão apresentados e debatidos com o BNDES e o MCTI a fim de avaliar a validade das conclusões e sua possível divulgação.

Como valor agregado pelo CGEE à presente subação, destaca-se a expertise do Centro para seleção e mobilização de pesquisadores de alto nível e de atores, ponto fundamental para o êxito dos objetivos propostos. Ademais, o conhecimento (concreto e tácito) do Centro a respeito dos processos inovativos na indústria brasileira serão importantes para orientar os estudos a serem desenvolvidos.

Os principais produtos previstos para esta Subação envolvem um conjunto amplo de análises sobre o percurso recente de grandes empresas nacionais e a evolução de suas capacidades inovativas, a partir das operações de créditos financiadas pelo BNDES.

Orçamento Estimativo:

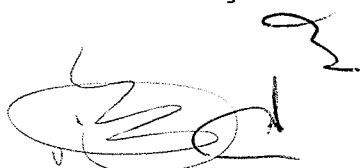
Item	Valor (R\$)
Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	350.000,00
Serviços de Terceiros – Pessoa Física	300.000,00
Passagens e Diárias (50 passagens nacionais a R\$ 1.500,00 = 75.000,00 e 100 diárias a R\$460,00 R\$ = 46.000,00	121.000,00
Contratação de pessoal temporário diretamente vinculado à subação/atividade	
Impostos (20% sobre o valor de serviços de terceiros – pessoa física)	60.000,00
Outros: 08 oficinas de trabalho a R\$ 20.000,00 = R\$ 160.000,00 Outras despesas operacionais: R\$ 9.000,00	169.000,00
Total	1.000.000,00

2. Título da Subação

Sistema produtivo e inovativo do Carnaval

Objetivo estratégico do Contrato de Gestão: I

Caracterização da demanda



O Carnaval, em particular as Escolas de Samba, constitui uma indústria importante, complexa e extremamente inovativa, que necessita ser reconhecida e apoiada como tal. Ao mesmo tempo, as Escolas de Samba são partes orgânicas de muitas comunidades com maior ou menor nível de renda, desempenhando um importante papel aglutinador e de espaço de interação, construção de identidade e solidariedade. É importante reconhecer este duplo papel das Escolas de Samba e construir uma política de inovação que contemple a dinamização de uma complexa e inovativa indústria, mas também seus desdobramentos socioeconômicos.

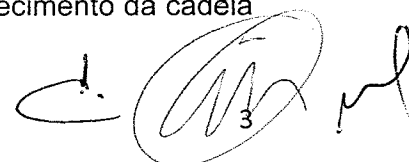
Ementa

O objetivo principal desta Subação é o de propor uma política de inovação para o sistema produtivo do Carnaval das Escolas de Samba. Entre os objetivos específicos podem ser citados: (1) Identificação dos principais desafios em termos de perfis de capacitação e iniciativas potenciais; (2) Estruturação do sistema produtivo e inovativo do Carnaval, incluindo a cadeia produtiva e demais atividades/atores, identificando as empresas e profissionais de diferentes segmentos presentes em cada sistema local; (3) Detalhamento de desafios e oportunidades relativos ao adensamento de redes produtivas locais (produtos, serviços, gestão, etc.); fortalecimento de relações sistêmicas; potencialização de inovações em segmentos industriais e na produção do Carnaval; inovações nos serviços; atividades de capacitação, em articulação com atividades de extensão e difusão tecnológica e cooperação para a inovação; (4) Identificação de impactos positivos na economia local com a geração de trabalho e renda pelo processamento desses materiais, e fomento ao design, com capacitação; (5) Identificação de desafios e oportunidades no uso de tecnologias, enfatizando as tecnologias livres e sociais; e (6) Elaboração de documento de proposição de política de inovação para o Carnaval, considerando eixos específicos (produtos; serviços, gestão e logística; capacitação; e marco legal); tipos de iniciativas e programas; e potenciais parceiros institucionais

O estudo se centrará no caso do Carnaval das Escolas de Samba do Rio de Janeiro, além de considerar as especificidades do Carnaval de São Paulo, Porto Alegre e Vitória-ES. A estratégia metodológica planejada para responder ao objetivo proposto será implementada em fases, a saber: levantamento de grandes desafios para o sistema de produção e inovação do Carnaval das Escolas de Samba; mapeamento do sistema de produção e inovação do Carnaval das Escolas de Samba; identificação de potencialidades para a política de inovação; e, construção de proposta de política de inovação para o sistema produtivo e inovativo do carnaval.

Como parceiros do estudo estão sendo considerados a Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro e das outras cidades; Associações e entidades de apoio ligadas ao Carnaval (p. ex.: Ligas de Escolas de Samba); órgãos municipais, estaduais e federais relacionados ao Turismo e à Cultura; e outros atores identificados nas cadeias produtivas e nos sistemas produtivos e inovativos locais do Carnaval.

Os principais produtos esperados para 2014 são: (1) Relatório de Levantamento de grandes desafios para o sistema de produção e inovação do carnaval; (2) Relatório de mapeamento dos sistemas de produção e inovação do carnaval; (3) Relatórios de pesquisa enfocando desafios e potencialidades para a política de inovação para o carnaval; e (3) Relatório final de proposição de política para o fortalecimento da cadeia de valor associada ao Carnaval.



Orçamento Estimativo:

Item	Valor (R\$)
Serviços de Terceiros – (Pessoa Jurídica)	160.000,00
Passagens e Diárias: 8 passagens nacionais a R\$ 1.500,00 = R\$ 12.000,00 e 8 diárias a R\$ 460,00 = R\$ 3.680,00	15.680,00
Contratação de pessoal temporário diretamente vinculado à subação/atividade	
Impostos (20% sobre o valor de serviços de terceiros – pessoa física)	
Outros: 01 Oficina de trabalho a R\$ 18.000,00 Outras despesas operacionais (10%): R\$ 6.320,00	24.320,00
Total	200.000,00

3. Título da Subação

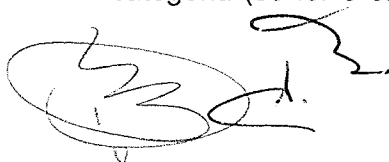
Mapeamento da capacidade brasileira na produção de software livre

Objetivo estratégico do Contrato de Gestão: I

Caracterização da demanda

A presente subação tem por objetivo o de fornecer subsídios para o fortalecimento da capacidade brasileira de desenvolver e produzir softwares livres por empresas e profissionais nacionais. Tem como objetivos específicos (1) realizar um amplo mapeamento das competências existentes no País para o desenvolvimento de softwares livres, tanto no âmbito de empresas e universidades, como de profissionais liberais e comunidades organizadas; (2) analisar as competências mapeadas pelo tipo de uso do softwares produzidos – por exemplo se voltados para entretenimento ou soluções para empresas (gestão de recursos e similares) estruturando agendas de iniciativas por categoria de software e por regiões de atuação das equipes; e (3) subsidiar o MCTI na definição de foco(s) para uma possível futura política de fomento ao software livre, também segundo as categorias escolhidas e regiões consideradas.

A subação deverá ter início com a pesquisa e seleção de consultores provenientes do universo dos desenvolvedores de software livre para que se possa elaborar uma metodologia detalhada do mapeamento a ser realizado. A metodologia desenvolvida deverá ser objeto de oficinas de trabalho com atores selecionados, organizadas por categoria (se for o caso, por regiões), a fim de validar a proposta. A segunda etapa



será destinada à pesquisa primária e secundária, seguindo a metodologia desenvolvida na primeira etapa, para que se possa avançar no detalhamento dos temas e questões-chave da futura agenda. O resultado do levantamento de dados e informações, devidamente analisado e tratado, deverá compor documento final a ser apresentado ao MCTI para que se possa discutir conjuntamente e encaminhar posições sobre as propostas a serem construídas como resultado da pesquisa..

O CGEE possui grande capacidade de agregar valor ao estudo proposto, tendo em vista sua participação direta na elaboração do plano TI-Maior, ainda em vigor, em particular no que se refere ao debate à respeito do software livre. O CGEE foi o responsável por mobilizar atores ligados ao tema e articulá-los em uma oficina de trabalho que levou à construção de diretrizes de política de fomento ao software livre. Neste sentido, espera-se que o CGEE utilize a rede de contatos com profissionais do tema, a fim de mobilizá-los novamente e dar continuidade ao debate realizado na época do TI-Maior.

Os principais produtos a serem desenvolvidos são: (1) mapeamento das competências em software livre – com recortes regionais e temáticos; e (2) relatório final contendo análise do mapeamento e proposta de foco para políticas de fomento ao software livre.

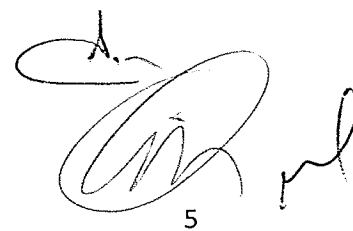
Orçamento Estimativo:

Item	Valor (R\$)
Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	286.000,00
Serviços de Terceiros – Pessoa Física	180.000,00
Passagens e Diárias (50 passagens nacionais a R\$ 1.500,00 = R\$ 75.000,00 e 50 diárias a R\$ 460,00 = R\$ 23.000,00)	98.000,00
Contratação de pessoal temporário diretamente vinculado à subação/atividade	
Impostos (20% sobre o valor de serviços de terceiros – pessoa física)	36.000,00
Outros: 10 oficinas de trabalho a R\$ 20.000,00 = R\$ 200.000,00	200.000,00
Total	800.000,00

4. Título da Subação

Acumulação de competências na indústria farmacêutica brasileira

Objetivo Estratégico do Contrato de Gestão: I



Caracterização da Demanda

A Subação foi proposta ao MCTI pelo BNDES com o objetivo específico de avaliar a contribuição do programa BNDES – Profarma para a evolução da capacidade de inovação das empresas nacionais da indústria farmacêutica. Nesse sentido, a demanda enquadra-se no objetivo geral de desenvolver e aplicar metodologias para avaliar a capacidade dos instrumentos do fomento à inovação no seu papel de articuladores de iniciativas na esfera pública (política de CTI e bancos públicos) e indutores de comportamentos no meio empresarial.

Ementa

O objetivo específico do estudo é estruturar e aplicar uma metodologia para avaliar o processo de aquisição e fixação, nas empresas farmacêuticas brasileiras, das principais competências detidas pelas empresas farmacêuticas líderes globais, particularmente àquelas ligadas à inovação.

Propõe-se, inicialmente, realizar uma análise sucinta da evolução da indústria farmacêutica no Brasil e de seu arcabouço regulatório e institucional. Na sequência, deve-se desenvolver um modelo descritivo de capacidades tecnológicas, específico para a indústria farmacêutica, que expresse e organize o nível de competências relacionado a cada função tecnológica, com ênfase nas funções relacionadas à P&D e à capacidade produtiva. O modelo deve servir de marco de referência para uma avaliação qualitativa do estágio tecnológico de empresas farmacêuticas brasileiras. O estágio tecnológico das empresas apoiadas (ou não) pelo BNDES deve subsidiar a avaliação crítica da contribuição do Profarma (e outros instrumentos), para a aquisição das competências identificadas. O trabalho deverá ser fundamentado em entrevistas a serem realizadas com as empresas alvo e com outros agentes privados ou públicos relacionados com o caso estudado. A área operacional do BNDES estará mobilizada para dar suporte analítico, informacional e logístico ao estudo, quando pertinente.

Espera-se que ao final do estudo será apresentado um relatório contendo: 1) descrição sucinta da evolução recente da indústria farmacêutica brasileira e das empresas nacionais; 2) modelo que identifique e classifique os níveis de competências relacionados a cada função tecnológica nas empresas da indústria farmacêutica; e 3) avaliação da evolução das competências das empresas nacionais e da contribuição do Profarma do BNDES e de outros instrumentos de fomento.

O envolvimento do CGEE neste estudo permite que se agregue à sua metodologia a experiência anterior do Centro na área de desenvolvimento de indicadores de inovação e avaliação dos impactos de programas voltados para o fortalecimento da P&D empresarial e inovação, em particular no que se refere ao desenvolvimento do modelo de classificação das competências e na sua aplicação para avaliar o estágio alcançado pelas empresas da indústria farmacêutica brasileira. O modelo poderá ser adaptado posteriormente para a análise de outros setores da indústria.

Orçamento estimativo

Item	Valor (R\$)
Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	150.000,00

Serviços de Terceiros – Pessoa Física	100.000,00
Passagens e Diárias (12 passagens nacionais a R\$ 1.500,00 = R\$ 18.000,00 e 24 diárias a R\$460,00 R\$ = 11.040,00)	29.040,00
Contratação de pessoal temporário diretamente vinculado à subação/atividade	
Impostos (20% sobre o valor de serviços de terceiros – pessoa física)	20.000,00
Outros: 02 oficinas de trabalho a R\$ 20.000,00 = R\$ 40.000,00 Outras despesas operacionais: R\$ 10.960,00	50.960,00
Total	350.000,00

5. Título da Subação

Estratégia de ação para o tema "Cidades Sustentáveis"

Objetivo Estratégico do Contrato de Gestão: I

Caracterização da demanda

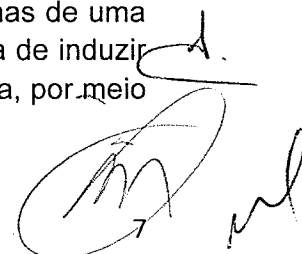
Esta subação foi proposta pela à Secretaria Executiva do MCTI pela SECIS deste Ministério, no entendimento de que o tema “Cidade Sustentável” é central ao seu papel de promoção da CT&I para o bem estar social, ao mesmo tempo em que se impõe como agregador de parte significativa de sua atual agenda de trabalho.

Ementa

O conceito de “Cidades Sustentáveis” implica em reconhecer a concepção, elaboração e implementação políticas públicas duradouras que respeitam e preservam o meio ambiente, nos pequenos, médios e grandes centros urbanos. Estima-se que cerca de 95% da população brasileira estará vivendo em centros urbanos em 2050, o que aponta para uma crescente degradação da qualidade de vida nas cidades e um aumento dos impactos negativos da ação humana sobre o meio ambiente, caso não haja uma correspondente reação dos poderes constituídos para se rever tendências hoje observadas nas cidades do País.

Trata-se de um tema que desperta, cada vez mais, a consciência das empresas e dos governos no sentido de chamar a atenção destes atores para os seus papéis no estabelecimento de medidas sustentáveis, que resultem em uma melhor qualidade de vida da população.

As cidades sustentáveis resultam, portanto, de medidas orientadas para se evitar utilização inadequada dos imóveis urbanos, criar formas harmônicas de gerenciamento do solo, a edição de normas de sustentabilidade para os processos de edificação, entre várias outras possibilidades. O descarte adequado de resíduos sólidos e sua reciclagem, quando possível, faz parte de políticas e programas de uma cidade sustentável. Outra vertente de atuação das cidades sustentáveis é a de induzir suas populações a fazer uso eficiente e sem desperdícios de água e energia, por meio de incentivos positivos à economia destes recursos.



O CGEE tem desenvolvido, recentemente, um conjunto de estudos ligados ao a padrões de desenvolvimento sustentável, como parte da inserção do Centro em agendas internacionais de CT&I sobre o tema. Tem, também, conduzido estudos sobre redes inteligentes de energia (*smart grids*) e sobre edificações inteligentes, juntamente com a cadeia de valor da construção civil, insumos importantes para a agregação de valor ao objeto da presente Subação.

O Centro irá conduzir essa ação com visão de futuro ao: (1) coletar o maior conjunto possível de boas práticas ligadas ao conceito de cidade sustentável, no País e no mundo; (2) identificar tendências tecnológicas associadas ao conceito de cidade sustentável; (3) identificar a presença e a ausência de estímulos ao desenvolvimento tecnológico políticas e programas associados às boas práticas e tendências identificadas; e (3) propor subsídios técnicos para iniciativas inovadoras que possam conduzir à formulação e implementação de políticas relacionadas com o conceito em questão, com ênfase para papel desempenhado pelo desenvolvimento científico e tecnológico. Para isso, o Centro usará da sua capacidade institucionalizada de identificação e mobilização de competências, de pesquisa textual orientada por temas e pela organização de debates entre atores do sistema de CT&I, para compor metodologia que, no mais curto espaço de tempo, responda às expectativas da SECIS no seu papel de promotor de políticas em CT&I para o bem estar social.

Orçamento Estimativo:

Item	Valor (R\$)
Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	71.800,00
Serviços de Terceiros – Pessoa Física	120.000,00
Passagens e Diárias (10 passagens nacionais a R\$ 1.500,00 = R\$ 15.000,00 e 20 diárias a R\$ 460,00 = R\$ 9.200,00)	24.200,00
Contratação de pessoal temporário diretamente vinculado à subação/atividade	
Impostos (20% sobre o valor de serviços de terceiros – pessoa física)	24.000,00
Outros:	60.000,00
03 oficinas de trabalho a R\$ 20.000,00 = R\$ 60.000,00	
Total	300.000,00

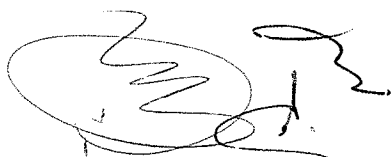
6. Título da Subação

Subsídios para a ENCTI 2016 – 2020

Objetivo Estratégico do Contrato de Gestão: I e II

Caracterização da demanda

Esta subação foi proposta pela Secretaria Executiva do MCTI, no marco do planejamento estratégico das ações de desenvolvimento científico e tecnológico e de fomento da inovação conduzidas pelo MCTI e do esforço de articulação das políticas



de CT&I com as diretrizes nacionais de desenvolvimento e com a política industrial do País.

Ementa

A subação tem o propósito principal de analisar os avanços alcançados na implementação da Estratégia Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação no período 2012/2014, identificar os fatores condicionantes dos resultados registrados e apontar alternativas, prioridades e instrumentos relevantes para superar as restrições detectadas e fazer frente aos novos desafios envolvidos no desenvolvimento da capacidade científico-tecnológica e na transformação da estrutura produtiva do país no período 2016/2020.

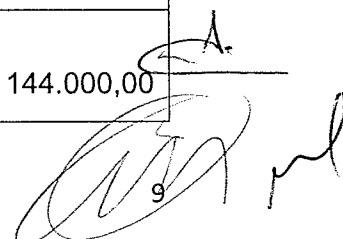
A metodologia será desenvolvida em quatro dimensões: (1) definição do escopo e da abordagem metodológica do trabalho; (2) análise quanti qualitativa das ações desenvolvidas e de seus resultados vis à vis os parâmetros acima referidos; (3) identificação e caracterização das oportunidades e novos desafios para o desenvolvimento de atividades transversais e setores estratégicos nos quais concentrar o esforço de planejamento e aperfeiçoamento das políticas de CT&I; e (4) discussão e validação dos resultados e recomendações do estudo.

Como principais produtos destacam-se (1) um documento síntese dos principais problemas e avanços realizados no triênio 2012/2014; (2) documento contendo o marco global para o aprofundamento da ENCTI e aperfeiçoamento do seu embasamento institucional e dos seus instrumentos de implementação; (3) um relatório final do estudo, com subsídios para a definição de prioridades e objetivos da ENCTI no período 2016/2020 e para a formulação dos programas estratégicos e das políticas transversais prioritários.

A contribuição do CGEE se projeta em duas direções principais: a formulação do marco metodológico para o desenvolvimento do estudo em suas diversas dimensões e fases e o aporte de elementos qualitativos para o desenho da nova etapa da ENCTI e concepção das políticas e programas prioritários dela derivados.

Orçamento Estimativo:

Item	Valor (R\$)
Serviços de Terceiros – (Pessoa Jurídica) 20 m/h a R\$ 14.000,00/m	288.000,00
Serviços de Terceiros – (Pessoa Física) 12 m/h a R\$ 14.400/m	172.800,00
Passagens e Diárias: 80 passagens nacionais a R\$ 1.500,00 = R\$ 120.000,00 e 240 diárias nacionais a R\$ 460,00= R\$ 110.400,00)	230.400,00
Contratação de pessoal temporário diretamente vinculado à subação/atividade	144.000,00



 9

12m/h a um custo de R\$ 12.000,00/m	
Impostos (20% sobre o valor de serviços de terceiros – pessoa física)	34.560,00
Outros: 4(quatro) oficinas de trabalho a R\$ 20.000,00= R\$ 80.000,00 Outras despesas operacionais: R\$ 50.240,00	130.240,00
Total	1.000.000,00

7. Título da Subação

CTI para o desenvolvimento social

Objetivo estratégico do Contrato de Gestão: I

Caracterização da Demanda

A subação foi proposta pelo MCTI com o objetivo específico de avaliar a contribuição da Política de CTI para o desenvolvimento social no Brasil. A demanda enquadra-se no objetivo geral de vincular a Política de CTI ao objetivo maior do desenvolvimento nacional conforme estabelecido na Estratégia Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação 2012-2015. Dessa forma, trata-se de analisar as alternativas para potencializar a articulação da Política de CTI com as outras políticas do Estado Brasileiro que visam promover o desenvolvimento.

Ementa

O objetivo específico do estudo é analisar a interação da política de CTI com as outras políticas que atuam sobre as várias dimensões estratégicas para o processo de desenvolvimento do Brasil: econômica, política, cultural, geopolítica e, principalmente, social. O estudo deve propor indicadores que possam ser utilizados para dimensionar a contribuição da política de CTI para o desenvolvimento social.

Propõe-se, inicialmente, realizar uma análise sucinta do papel da CTI nas várias etapas do desenvolvimento brasileiro, com foco na evolução do ambiente regulatório e institucional. Na sequência, deve-se desenvolver uma análise do papel que as políticas de CTI cumprem em outros países em desenvolvimento no mundo contemporâneo, em particular nos BRICs. Os modelos de outros países devem servir de marco de referência para uma análise do caso brasileiro. Especificamente no caso do Brasil o objetivo da análise deve ser a identificação das oportunidades para que o desenvolvimento científico e tecnológico nacional contribua tanto para o fortalecimento da competitividade como, também, para o desenvolvimento social e o aumento do bem estar da população brasileira. Devem ser identificados indicadores adequados para aferir o impacto da CTI nessa dimensão.

O trabalho deverá ser fundamentado nas contribuições de especialistas nas várias dimensões do desenvolvimento, particularmente na dimensão social, que deverão alimentar a reflexão coletiva dos participantes em oficinas de trabalho e seminários.

Como produto desta Subação, será produzido um relatório que sintetize as contribuições dos especialistas consultados e dos participantes no processo de



diálogo estruturado ao longo do desenvolvimento da subação e que inclua uma proposta de indicadores para avaliar o impacto da política de CTI no desenvolvimento social.

A contribuição do CGEE consistirá, além da identificação dos especialistas participantes e da estruturação e síntese do diálogo, na elaboração da proposta dos indicadores acima mencionados, com base na experiência do Centro em lidar com situações congêneres no passado..

Orçamento estimativo

Item	Valor (R\$)
Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	200.000,00
Serviços de Terceiros – Pessoa Física	50.000,00
Passagens e Diárias (12 passagens nacionais a R\$ 1.500,00 = R\$ 18.000,00 e 24 diárias a R\$460,00 R\$ = 11.040,00	29.040,00
Contratação de pessoal temporário diretamente vinculado à subação/atividade	
Impostos (20% sobre o valor de serviços de terceiros – pessoa física)	10.000,00
Outros: 02 oficinas de trabalho a R\$ 20.000,00 = R\$ 40.000,00 Outras despesas operacionais: R\$ 20.960,00	60.960,00
Total	350.000,00

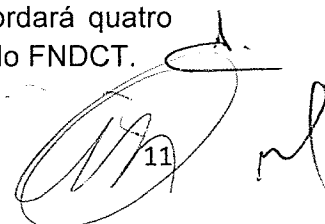
8. Título da Subação

Modelo de avaliação do FNDCT

Objetivo Estratégico do Contrato de Gestão: I e IV

Caracterização da Demanda

A Subação foi introduzida na agenda do CGEE por demanda do MCTI, com a proposta de desenvolver uma metodologia de avaliação dos dispêndios consignados à conta do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – FNDCT. O FNDCT representa uma das mais importantes fontes de financiamento das atividades de CT&I no País e abarca dois conjuntos expressivos de ações desenvolvidas nos marcos da Lei de Inovação: a) aquelas relacionadas ao apoio à PD&I no âmbito dos Fundos Setoriais; e b) as destinadas a subvencionar as empresas produtivas, com vistas a reduzir o risco envolvido no desenvolvimento de projetos e programas de inovação tecnológica. Com este contexto a primeira fase da Subação (fase I) trabalhou com o foco em dois produtos para o FNDCT: o “*Modelo de Avaliação Integrado da Modalidade – Não Reembolsável Financiamento a ICT’s*” e o “*Modelo de integrado de avaliação global do FNDCT*”. A segunda fase da Subação (fase II) abordará quatro outras modelagens completando a abrangência sobre todos os produtos do FNDCT.



Ementa

Nessa fase de desenvolvimento da Subação, o CGEE deve dar continuidade ao levantamento e análise do quadro de ações demandadas e aprovadas no âmbito do Fundo em seus vários compartimentos como dos procedimentos operacionais e orientações adotados para cada contexto envolvido. O Centro pretende se valer, também, do acervo de estudos e avaliações elaborados, a exemplo da avaliação realizada pelo IPEA há alguns anos sobre os Fundos Setoriais.

Nesta fase serão, ainda, elaborados os modelos para: a *Avaliação Integrada da Modalidade – Subvenção Econômica – Financiamento não reembolsável para empresas*; a *Avaliação Integrada da Modalidade Reembolsável*; a *Avaliação Integrada da Modalidade Investimento*; a *Capacitação em Avaliação de CT&I*; e, a *Avaliação dos resultados de Fundo de Infraestrutura – CI INFRA*.

A metodologia de avaliação deve cobrir as dimensões de avaliação de processos (eficiência), resultados (eficácia) e impacto (efetividade), propiciando uma ferramenta abrangente para a discussão da gestão e do alcance do FNDCT no seu todo. A metodologia de trabalho contém a previsão de realização de oficina com os gestores do FNDCT e seus programas, bem como com a presença dos beneficiários dos recursos e de representantes da comunidade de C,T&I para aferição e validação das percepções sobre o FNDCT, sua gestão e indicadores de eficiência, eficácia e efetividade.

Ao final, deve-se contar com um produto na forma de relatório contendo resultados alcançados e oferecendo opções de reorientação das iniciativas, incluindo a proposição para a continuidade da avaliação do FNDCT.

Orçamento estimativo

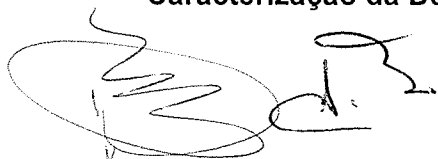
Item	Valor (R\$)
Serviços de terceiros – pessoa jurídica	600.000,00
Serviços de terceiros – pessoa física	100.000,00
Passagens e Diárias (60 passagens nacionais a R\$ 1.500,00 = R\$ 90.000,00 e 90 diárias a R\$ 460,00 = R\$41.400,00)	131.400,00
Contratação de pessoal temporário diretamente vinculado à ação	120.000,00
Impostos (20% sobre Serviço de terceiros – pessoa física)	20.000,00
Outros (custeio oficinas e despesas operacionais)	28.600,00
Total	1.000.000,00

9. Título da Subação

Balanco dos 10 anos do programa "Melhoria de Processo do Software Brasileiro

Objetivo Estratégico do Contrato de Gestão: I

Caracterização da Demanda



A Subação foi proposta pela SEPIN/MCTI, com apoio da SOFTEX, com o objetivo específico de avaliar a contribuição do programa Melhoria do Processo do Software Brasileiro, após dez anos de sua criação. Nesse sentido, a demanda enquadra-se no objetivo geral de desenvolver e aplicar metodologias para avaliar a capacidade dos instrumentos do fomento à inovação no seu papel de articuladores de iniciativas na esfera pública (política de CTI para a área de TICs) e indutores de comportamentos no meio empresarial.

Ementa

O objetivo da subação é o de avaliar o impacto do Programa “Melhoria do Processo de Software Brasileiro” (MPS-BR), implantado em 2004. O programa visava oferecer uma alternativa ao *Capability Maturity Model Integration* (CMMI), predominante no exterior, para promover a melhoria da qualidade do processo de desenvolvimento de software nas empresas brasileiras. O elevado número de empresas brasileiras de software que adotaram o modelo MPS-BR sugere que o Programa foi bem sucedido. Cabe, entretanto, desenvolver e aplicar uma metodologia que permita aferir seu impacto sobre a qualidade do software desenvolvido no Brasil e identificar as razões do seu aparente sucesso junto às empresas.

O trabalho deverá ser apoiado na aplicação de questionário e na realização de entrevistas junto às empresas que adotaram o MPS-BR e outras que serviram de grupo de controle, além de gestores das diversas instituições públicas e privadas que participaram no programa. A SOFTEX fornecerá suporte analítico e informacional, quando pertinente.

Como principal produto da Subação pretende-se apresentar um relatório contendo: 1) descrição sucinta da evolução recente da indústria brasileira de software; 2) metodologia de avaliação do impacto do MPS-BR na qualidade do software desenvolvido pelas empresas brasileiras; e 3) avaliação do impacto do programa e de identificação das principais variáveis que afetaram positiva ou negativamente seus resultados.

A contribuição do CGEE consiste no desenvolvimento, aplicação e aprimoramento da metodologia de avaliação do impacto do programa, com base na experiência do Centro em lidar com estudos de natureza similar. A mesma metodologia poderá ser adaptada para a análise de outros programas setores da indústria de TICs, quando for o caso.

Orçamento estimativo

Item	Valor (R\$)
Serviços de terceiros – pessoa jurídica	14.000,00
Serviços de terceiros – pessoa física	60.000,00
Passagens e Diárias (8 passagens nacionais a R\$ 1.500,00 = R\$ 8.000,00 e 16 diárias a R\$ 460,00 = R\$ 7.360,00)	15.360,00
Contratação de pessoal temporário diretamente vinculado à ação	
Impostos (20% sobre Serviço de terceiros – pessoa física)	12.000,00

13



Outros:	
02 oficinas de trabalho a R\$ 20.000,00 = R\$ 40.000,00	48.640,00
Outras despesas operacionais: R\$ 8.640,00	
Total	150.000,00

10. Título da Subação

Apoio ao Programa Nacional de Ciência (Plataformas de Conhecimento)

Objetivo estratégico do Contrato de Gestão: I e III

Caracterização da Demanda

A subação foi proposta pelo MCTI com o objetivo específico de apoiar a concepção e a implementação do Programa Nacional de Plataformas de Conhecimento. A demanda enquadra-se no objetivo geral de estruturar novos mecanismos de apoio ao desenvolvimento científico e tecnológico, com foco em demandas estratégicas para o desenvolvimento nacional.


Ementa

O objetivo específico é desenvolver e aplicar conceitos e ferramentas que viabilizem a especificação detalhada das demandas, o monitoramento e a avaliação dos projetos aprovados no Programa de Plataformas de Conhecimento.

A partir da definição inicial, por parte do MCTI, de quais serão as demandas de conhecimento em torno das quais as Plataformas deverão ser estruturadas, dos principais atores potencialmente envolvidos e das competências já acumuladas no País, será possível iniciar o processo de especificação dos instrumentos de gestão, monitoramento e avaliação adequados a cada caso. Propõe-se, inicialmente, realizar uma análise sucinta dos conceitos e ferramentas de gestão utilizadas em programas similares ao das Plataformas de Conhecimento em agências de fomento de outros países. A análise das ferramentas disponíveis deve servir de base para o desenvolvimento e posterior aplicação de instrumentos adequados às Plataformas selecionadas pelo programa no Brasil. As especificidades das demandas, tanto em termos dos problemas focados, como do estágio de maturidade tecnológica e das características dos atores (ICTs, empresas, redes, etc.) exigem a mobilização de grande número de especialistas nacionais e estrangeiros ao longo dos trabalhos, principalmente nas fases iniciais do Programa.

O principal produto desta Subação é um relatório que descreva as ferramentas de gestão desenvolvidas e sua aplicação nas Plataformas selecionadas pelo Programa. Devem constar em anexo as contribuições dos especialistas nacionais e estrangeiros consultados, a síntese dos resultados das oficinas realizadas e a documentação técnica produzida.

As competências acumuladas pelo CGEE no desenvolvimento da Atividade “Observatório em Ciência, Tecnologia e Inovação” e a capacidade de identificar e mobilizar com agilidade especialistas nacionais e estrangeiros em diversos campos do conhecimento científico e tecnológico permitem que o CGEE possa agregar valor ao



processo de definição do Programa de Plataformas de Conhecimento, conforme demanda feita pelo MCTI.

Orçamento estimativo

Item	Valor (R\$)
Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	900.000,00
Serviços de Terceiros – Pessoa Física	800.000,00
Passagens e Diárias (80 passagens nacionais a R\$ 1.500,00 = R\$ 120.000,00 e 160 diárias a R\$460,00 R\$ = 73.600,00)	193.600,00
Contratação de pessoal temporário diretamente vinculado à subação/atividade	
Impostos (20% sobre o valor de serviços de terceiros – pessoa física)	160.000,00
Outros: 20 oficinas de trabalho a R\$ 20.000,00 = R\$ 400.000,00 Outras despesas operacionais: R\$ 46.400,00	446.400,00
Total	2.500.000,00

11. Título da Subação

Avaliação dos INCTs . Etapa IV

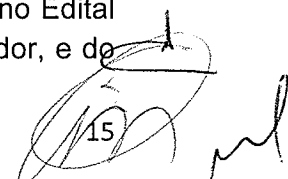
Objetivo estratégico do Contrato de Gestão: I

Caracterização da Demanda

Avaliação de programas e políticas públicas na área de CT&I é uma das competências nodais do CGEE e um dos objetivos estratégicos do Contrato de Gestão com o MCTI. Entre as principais experiências do Centro nesta área, está a avaliação dos primeiros cinco anos do Programa Institutos Nacionais de C&T (INCT), finalizada em dezembro de 2013. Nesta subação, ao analisar os resultados das atividades desenvolvidas pelos INCTs com relação ao alcance dos objetivos propostos, os eventuais obstáculos, bem como os impactos e aspectos positivos alcançados, gerou-se conhecimento e sugestões que podem servir como importantes subsídios para o futuro do Programa. Assim, com a confirmação da renovação do Programa e o planejamento de uma nova chamada pública, a Sexec/MCTI demanda agora ao Centro a continuidade da avaliação do Programa INCT, considerando as recomendações estratégicas e técnico-administrativas resultantes da avaliação parcial realizada.

Ementa

O Programa Institutos Nacionais de C&T (INCT) é um importante instrumento de incentivo e fomento à CT&I no país. Atualmente, fazem parte do Programa mais de 6.000 pesquisadores principais, distribuídos em 125 INCTs – 122 aprovados no Edital 15/2008 e três aprovados no Edital 71/2010. Além do MCTI, órgão coordenador, e de



 15

CNPq, responsável pela gestão operacional, o Programa mobiliza os principais agentes de promoção do desenvolvimento científico e tecnológico do Brasil. Os INCTs apresentam desafios tanto para as instituições e os grupos de pesquisa quanto para a coordenação e a gestão do Programa. Assim, o objetivo desta subação é dar continuidade às atividades de acompanhamento e avaliação (A&A) do Programa INCT, em articulação com o MCTI e CNPq, de forma a subsidiar a gestão estratégica do Programa. Para tanto, o Centro se apoiará em trabalhos e análises realizadas na etapa III da Avaliação dos INCTs e em dados e informações obtidas junto ao CNPq, ao MCTI e às redes INCTs. A abordagem metodológica prevista para Etapa IV envolverá, principalmente, a manutenção das bases de dados atualizadas, a partir da definição do conjunto de indicadores de controle, possibilitando assim o monitoramento e a avaliação estratégica do Programa. Como parte das atividades de A&A, será realizado o levantamento e a análise das propostas submetidas e aprovadas no novo edital, bem como estudos temáticos, caso seja necessário e acordado com os parceiros (MCTI e CNPq). Serão realizadas reuniões e oficinas para debater resultados parciais compilados pelo CGEE, com a participação das instituições inseridas na governança do Programa e outros especialistas e atores-chave no SNCTI. O relatório final deverá indicar os aspectos a serem reforçados, assim como propostas de correção de rumo, de forma a aumentar a eficiência do Programa.

Orçamento estimativo

Item	Valor (R\$)
Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	160.000,00
Serviços de Terceiros – Pessoa Física	120.000,00
Passagens e Diárias (20 passagens nacionais a R\$ 1.500,00 = R\$ 30.000,00 e 40 diárias a R\$ 460,00 = R\$ 18.400,00)	48.400,00
Impostos (20% sobre o valor de serviços de terceiros – pessoa física)	24.000,00
Outros:	
3 oficinas de trabalho a R\$ 10.000,00 = R\$ 30.000,00	47.600,00
Outras despesas operacionais: R\$ 17.600,00	
Total	400.000,00

12. Título da Subação

Impactos potenciais do marco regulatório associado ao Patrimônio Genético Nacional

Objetivo estratégico do Contrato de Gestão: I

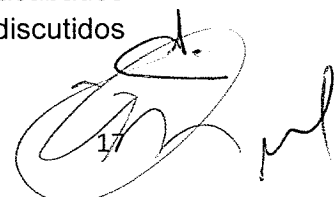


Caracterização da demanda

Esta Subação visa estudar as relações entre os principais atores empresariais e entre os produtos por estes produzidos que utilizem componentes do patrimônio genético nacional. Objetiva, assim, subsidiar os debates em torno de novas propostas legislativas que venham a substituir a Medida Provisória 2186/16, originalmente editada em 2001 e que se encontra em processo de conversão. A demanda foi apresentada ao CGEE pelo representante do MDIC no Conselho de Administração do CGEE, em função de compromissos desse Ministério junto ao grupo governamental que discute a conversão da mencionada medida provisória.

Ementa

A definição do marco legal associado ao acesso aos componentes do patrimônio genético nacional, compromisso assumido pelo País junto à Convenção sobre Diversidade Biológica – CDB é um desafio importante para nações ricas em diversidade biológica e diversidade étnica, como o Brasil. Neste contexto, têm sido especialmente acalorados os debates sobre o tratamento a ser dado no marco legal para a repartição justa e equitativa dos benefícios comerciais derivados do uso dos componentes do patrimônio genético nacional, de modo a, de um lado, criar incentivos econômicos para os detentores destes componentes e do conhecimento tradicional a estes associados e, de outro, promover o uso sustentável destes componentes e a sua incorporação em produtos e processo competitivos desenvolvidos por empresas nacionais e internacionais. Conforme demanda feita pela Secretaria de Inovação do MDIC, caberá ao CGEE mobilizar especialistas de três setores da economia nacional – fármacos e medicamentos, produção de sementes melhoradas e higiene pessoal, perfumaria e cosméticos – de modo a desenhar a relação entre elos de cadeias produtivas selecionadas dentro destes setores, em especial entre os ofertantes e os usuários de produtos derivados do patrimônio genético nacional, de modo a identificar os pontos da cadeia onde interferências trazidas pelo marco legal possam propiciar a inserção de formas de repartição de benefícios monetários. Ao final da Subação, serão elaboradas representações das relações empresarias com fornecedores de produtos da diversidade biológica brasileira em três cadeias produtivas representativas dos três setores estudados, indicando, sempre que possível, os impactos eventuais das propostas de medidas legislativas na competitividade das empresas. O papel do CGEE nesta Subação, em estreita parceria com a Secretaria de Inovação e com a Secretaria de Desenvolvimento Produtivo do MDIC, é o de desenvolver um conjunto de ferramentas que permitam simular os impactos de medidas legislativas em discussão em ambiente visual amigável e dinâmico desenvolvido pelo CGEE. Isto implicará em: (1) identificar e mobilizar especialistas em análise econômica de cadeias produtivas e aspectos tributários associados aos setores priorizados; (2) desenvolver ambiente visual que permita simular os impactos positivos ou negativos de intervenções legais ao longo das cadeias produtivas que visam repartir os benefícios derivados da exploração econômica de componentes do patrimônio genético nacional. Os recursos adicionais solicitados referem-se a estudos adicionais a serem conduzidos pelo CGEE e consultores associados, que permitam a elaboração de um instrumento de simulação dos impactos na competitividade dos produtos acabados das cadeias produtivas, em função de modelos de tributação compulsória discutidos


17

na legislação nascente que regula a repartição de benefícios econômicos derivados do uso de componentes do patrimônio genético nacional.

Orçamento estimativo

Item	Valor (R\$)
Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	79.000,00
Serviços de Terceiros – Pessoa Física	20.000,00
Passagens e Diárias (30 passagens nacionais a R\$ 1.500,00 = R\$ 45.000,00 e 60 diárias a R\$ 460,00 = R\$ 27.600,00)	72.600,00
Impostos (20% sobre o valor de serviços de terceiros – pessoa física)	8.000,00
Outros:	20.400,00
3 oficinas de trabalho a R\$ 5.000,00 = 15.000,00	
Outras despesas operacionais: R\$ 5.400,00	
Total	200.000,00

13. Título da Subação

Nova abordagem para o Sistema Nacional de Pesquisa Agropecuária

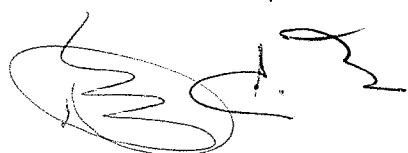
Objetivo estratégico do Contrato de Gestão: I

Caracterização da Demanda

Esta demanda foi levada ao MCTI pela direção do Conselho Nacional dos Sistemas de Pesquisa Agropecuária (Consepa) e da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), no entendimento, por parte destas organizações, de que o atual modelo de governança e interação entre as instituições de pesquisa e desenvolvimento em agropecuária precisa ser repensado, à luz do atual ambiente de inovação nacional e internacional.

Ementa

O Brasil é um dos poucos países do mundo com capacidade para atender totalmente a sua demanda por alimentos e ainda ocupar posição global de destaque nas exportações. Essa posição, alcançada em menos de quatro décadas, aliada ao domínio da tecnologia agrícola tropical/subtropical e a disponibilidade de terras e água para continuar aumentando sua produção fazem do Brasil um forte candidato para suprir parte substantiva da futura demanda global por alimentos. Para isso o País terá que antecipar e vencer desafios relativos à sustentabilidade, custos de produção e transporte, segurança alimentar, segurança nutricional, agroenergia, inclusão produtiva dos pequenos produtores, automação agropecuária, entre outros. Um dos insumos imprescindíveis para fazer frente a esses desafios e demandas futuras é



conhecimento. Isto exige que as instituições de CT&I voltadas para a geração de tecnologia e inovação para a agropecuária tenham condições adequadas em termos de competências humanas e institucionais, investimentos de recursos financeiros e de infraestrutura física, além de inserção num modelo de governança moderno e ágil. No Brasil, a maior parte dos investimentos em Pesquisa e Inovação Agropecuária tem sido feita pelo setor público, com uma pequena participação do setor privado. Apesar dos avanços alcançados pela pesquisa agropecuária nos últimos 40 anos, o SNPA perdeu sua efetividade de ação devido a problemas que afetam especialmente as Organizações de Pesquisa Agropecuária Estaduais (OEPAs), que dependem de recursos estaduais. São apontadas como principais causas desses problemas: (a) financiamento de PD&I insuficiente; (b) insuficiência de competências humanas; (c) inadequação e desatualização da estrutura física (especialmente laboratórios); (d) relacionamento e cooperação incipiente com organizações privadas de P&DI nacionais e internacionais; (e) conexão insuficiente com a sociedade; e, (f) *Accountability* insuficiente entre suas partes interessadas.

Esta Subação tem, portanto, o objetivo de elaborar estudos para subsidiar a proposição de um novo arranjo para a pesquisa agropecuária brasileira com formato, foco estratégico e modo de operação diverso do atual, com maior eficiência e efetividade na geração de inovações e grande capacidade para enfrentar desafios futuros. Deverá, necessariamente, envolver amostras geograficamente representativas dos principais atores desse sistema, tais como as OEPAS, Centros Tecnológicos, universidades e a própria Embrapa, por meio de consultas e reuniões presenciais que confirmam ao estudo um caráter abrangente e participativo na definição de um futuro modelo de interação e governança. No desenvolvimento desta Subação, o CGEE conduzirá um conjunto de análises sobre o atual SNPA, e outras sobre modelos similares existentes em outros países, seguido de síntese e de debates com especialistas, principais interessados e formuladores de políticas para o setor agroalimentar brasileiro. Os resultados a serem alcançados por meio desta Subação devem beneficiar não somente as instituições de pesquisa envolvidas, mas também, produtores, fornecedores, processadores e consumidores que fazem parte do mencionado sistema. Serão apresentados na forma de três relatórios conforme segue: 1º relatório preliminar contendo um levantamento da situação atual do SNPA e dos seus componentes; 2º relatório preliminar, contendo a identificação dos problemas enfrentados pelo SNPA, suas possíveis soluções, frente a modelos já existentes em outros países ou novos modelos propostos; e Relatório Final contendo uma proposta de nova visão e modelo de interação e governança para o sistema de pesquisa e inovação agropecuário brasileiro.

Orçamento Estimativo:

Item	Valor (R\$)
Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	400.000,00
Serviços de Terceiros – Pessoa Física	250.000,00
Passagens e Diárias (48 passagens nacionais a R\$ 1.500,00 =72.000,00 e 84 diárias a R\$460,00 R\$ = 38.640,00	110.640,00

Contratação de pessoal temporário diretamente vinculado à subação/atividade	
Impostos (20% sobre o valor de serviços de terceiros – pessoa física)	50.000,00
Outros:	189.360,00
08 oficinas de trabalho a R\$ 20.000,00 = R\$ 160.000,00	
Outras despesas operacionais: R\$ 29.360,00	
Total	1.000.000,00

14. Título da Subação

Modelos Institucionais para a gestão em CTI

Objetivo estratégico do Contrato de Gestão: I

Caracterização da Demanda:

Ao longo dos anos, a área de ciência tecnologia e inovação vem buscando encontrar alternativas institucionais para uma gestão compatível com as suas características, onde variáveis como agilidade; complexidade; versatilidade; incerteza de resultados; transparência; multiplicidade de parceiros, entre outras, sejam harmonizadas sem que ocorra a perda dos naturais controles aplicáveis ao uso de recursos de origem pública. Modelos institucionais tais como Autarquias, Agências, Fundações de Apoio, Organizações Sociais, Sociedades de Propósito Específico – SPE e Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP vêm sendo utilizados com maior ou menor propriedade, cada um apresentando vantagens e desvantagens, sem que até hoje tenha sido feito um trabalho analítico que permita orientar qual ou quais poderiam responder melhor as demandas específicas da área, ou ainda se existe a necessidade de criação de um novo modelo.

A retomada da qualificação de Organizações Sociais pelo Poder Executivo, a criação pelo Congresso de novos Institutos de Pesquisa no âmbito do MCTI, a edição de Decreto regulamentando a atuação das Fundações de Apoio e sua relação com o Estado e a discussão e votação de vários dispositivos legais ligados a institucionalização em C,T&I, recomendam a realização de um estudo onde estes aspectos sejam analisados em profundidade, para que possam ser identificadas melhorias ou novas alternativas para o aperfeiçoamento institucional, aí considerados os aspectos técnicos, administrativos, financeiros, fiscais e jurídicos.

Ementa

O objetivo desta subação é o de realizar um estudo abrangente sobre os vários modelos institucionais utilizados na área de ciência, tecnologia e inovação, avaliando seus resultados – vantagens e desvantagens – refletindo sobre possíveis alternativas, novas ou aperfeiçoando as atuais, e finalizando com a apresentação de um conjunto de propostas onde sejam sugeridas estratégias de viabilização e implantação.

Pela abrangência do trabalho terão de ser envolvidos nesse estudo, além do MCTI e suas entidades subordinadas e supervisionadas, os ministérios do Planejamento, da Fazenda, da Educação, a Casa Civil, a Controladoria Geral da União – CGU e a Advocacia Geral da União - AGU. No âmbito do Legislativo, além das Comissões Técnicas será fundamental o envolvimento do Tribunal de Contas da União – TCU. Finalmente a Comunidade Científica através de suas entidades representativas tais



como ABC, SBPC, Conselho de Reitores, Fundações de Apoio à Pesquisa, além de segmentos representativos dos setores econômicos e ligados à inovação.

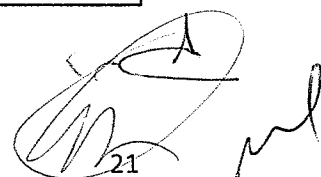
A primeira etapa do trabalho consistirá de uma análise que caracterize a realidade da gestão da ciência, tecnologia e inovação no Brasil, com ênfase nos aspectos positivos e sua comparação com experiências internacionais, especialmente na França, Estados Unidos e Coréia. Em seguida, esses resultados deverão ser submetidos a oficinas envolvendo especialistas e profissionais de gestão na área de C,T &I, buscando obter subsídios para a formulação de propostas a serem desenvolvidas e finalmente submetidas a discussão numa de sequência de seminários onde seja discutida a estratégia para a apresentação e monitoramento das propostas desenvolvidas

Como principais produtos, pretende-se apresentar (1) um mapa da realidade Institucional da área de Ciência Tecnologia e Inovação no Brasil; (2) uma síntese dos modelos de gestão existentes em países onde tenha ocorrido evolução significativa na área de C,T& I; e (3) uma proposta de aperfeiçoamento Institucional da área de C, T& I, com correspondente estratégia para a sua implementação.

A experiência adquirida pelo CGEE na realização de trabalhos de Planejamento e Reposicionamento Estratégico das mais variadas Instituições de C,T&I (CNPq, FINEP, Institutos de Pesquisa do MCTI, Faculdade de Medicina da USP, Instituto de Medicina Integral – IMIP), assim como de associações (ABIPTI) propiciou ao Centro acumular considerável percepção sobre as dificuldades encontradas por essas instituições no cumprimento de suas missões institucionais com eficiência, conhecimentos que serão fundamentais para a coordenação e condução do trabalho previstos. Sua própria vivência como Organização Social será muito valiosa na especificação e desenvolvimento desta Subação.

Orçamento Estimativo:

Item	Valor (R\$)
Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	290.000,00
Serviços de Terceiros – Pessoa Física	350.000,00
Passagens e Diárias (30 passagens nacionais a R\$ 1.500,00 = R\$ 60.000,00 ou 10 passagens internacionais a R\$ 5.000,00 = R\$ 50.000,00 e 80 diárias a R\$ 460,00 = R\$ 36.800,00 ou 30 diárias internacionais a R\$ 720,00 = 21.600,00)	168.400,00
Contratação de pessoal temporário diretamente vinculado à subação/atividade	
Impostos (20% sobre o valor de serviços de terceiros – pessoa física)	70.000,00
Outros:	
06 oficinas de trabalho a R\$ 20.000,00 = R\$ 120.000,00	121.600,00
Outras despesas operacionais: R\$ 1.600,00	
Total	1.000.000,00



 21

15. Título da Subação

Integração Latino Americana: parcerias estratégicas em CT&I - Etapa II

Objetivo estratégico do Contrato de Gestão: I e III

Caracterização da Demanda

A continuidade desta Subação ocorre por demanda da SEEXEC/MCTI, cuja implementação se insere no marco do acordo de cooperação firmado entre o CGEE e a CEPAL. Na fase atual, o desenvolvimento dos trabalhos estará orientado à elaboração de projetos regionais, a partir de perfis de projeto, em áreas prioritárias das estratégias nacionais de CT&I e que possam integrar uma agenda de cooperação bilateral ou multilateral dos países da região. A elaboração dessas propostas de projetos regionais deve ser articulada e realizada em estreita relação com as instituições dos países interessados e conter um grau de detalhamento que permita a decisão e adesão informada das autoridades de ciência e tecnologia correspondentes.

Ementa

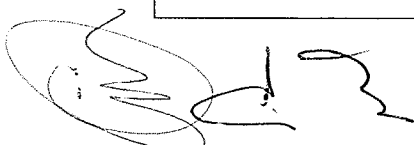
A presente subação tem como objetivo a identificação e elaboração de projetos regionais, a partir de perfis de projeto, em setores prioritários das estratégias nacionais de CT&I e que possam integrar uma agenda de cooperação bilateral ou multilateral entre os países da região. Tem como principais parceiros a Comissão Econômica para América Latina e Caribe (CEPAL) e as instituições de ciência, tecnologia e inovação de países latino-americanos.

A construção das propostas de projetos regionais se constitui numa etapa de refinamento dos perfis de projetos já validados. Esse refinamento será feito a partir do detalhamento das necessidades, interesses e aportes técnicos que cada país sócio dará ao projeto. Para tanto, um consultor deverá realizar reuniões (virtuais e/ou presenciais) com atores-chave dos países sócios. Esses atores deverão ser capazes de diretamente ou indiretamente com apoio de especialistas nacionais organizarem as demandas, interesses e aportes nacionais, que serão subsídios da preparação do projeto regional. Caberá ao consultor orientar a forma que os atores-chave deverão preparar esses subsídios, pois a ele caberá a redação e edição final de um documento que conterá os elementos necessários para que uma agência de cooperação ou uma instituição multilateral de financiamento tenha condições de analisar o projeto e eventualmente apoiá-lo. O CGEE, em coordenação com a CEPAL, tem um papel chave na identificação de possibilidades e alternativas de cooperação, na articulação com as instituições dos países interessados e na análise de alternativas de financiamento para as fases subsequentes dos projetos..

Ao final desta Subação serão apresentadas três propostas de projetos regionais em temas relativos às áreas de genômica marinha, biomassa e biodiversidade.

Orçamento Estimativo:

Item	Valor (R\$)
Serviços de Terceiros – (Pessoa Jurídica)	145.000,00
Serviços de Terceiros – (Pessoa Física)	80.000,00
Passagens e Diárias:	



28 passagens nacionais a R\$ 1.500,00 = R\$ 42.000,00 e 14 passagens internacionais a R\$ 5.000,00 = R\$ 70.000,00 e 85 diárias a R\$ 460,00 = R\$ 39.100,00 e 21 diárias internacionais a R\$ 720,00 = 15.120,00)	166.220,00
Contratação de pessoal temporário diretamente vinculado à subação/atividade	
Impostos (20% sobre o valor de serviços de terceiros – pessoa física)	16.000,00
Outros:	
01 oficina de trabalho a R\$ 20.000,00 = R\$ 20.000,00	42.780,00
Outras despesas operacionais: R\$ 4.593,34	
Total	450.000,00

16. Título da Subação

Agenda de cooperação em CT&I com os BRICs

Objetivo Estratégico do Contrato de Gestão - III

Caracterização da Demanda

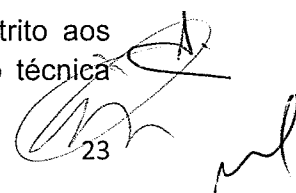
A realização de um grande seminário internacional sobre os sistemas nacionais de inovação e o processo de desenvolvimento dos países BRICS foi uma demanda direta da Secretaria-Executiva do MCTI, feita em dezembro de 2013. O seminário insere-se no contexto de realização no Brasil de mais uma reunião de Cúpula dos BRICS e da assunção do Brasil à presidência rotativa do grupo. A reunião de Cúpula (originalmente prevista para abril de 2014) ocorrerá em julho do ano corrente.

Ementa

Os objetivos específicos dessa Subação são: (1) Contribuir para fortalecer a agenda de cooperação científica e tecnológica no âmbito dos BRICS; (2) Contribuir para as negociações da cúpula de Fortaleza, em particular no que tange à CTI; (3) Dar visibilidade à presidência rotativa do Brasil; e (4) Realizar o lançamento do conjunto de livros sobre os BRICS – resultado de pesquisa realizada conjuntamente pelos 5 países ao longo de vários anos. Estes livros foram financiados pelo IDRC (Canadá) mas a pesquisa no Brasil foi apoiada por vários anos pelo MCTI.

O planejamento do evento, no que tange a seu escopo, programação e convidados, será feito em estreita parceria com os pesquisadores da Rede-Sist (UFRJ), buscando-se convergências com a longa pesquisa realizada por esse grupo ao longo dos últimos anos sobre os BRICS. A Assessoria Internacional do MCTI também será um importante parceiro ao longo de todo processo de planejamento e execução do seminário. No que se refere à síntese a ser gerada a partir do evento, ambos parceiros também serão envolvidos.

O seminário terá como última sessão, uma reunião técnica de acesso restrito aos convidados/palestrantes e membros das instituições parceiras. Esta reunião técnica


 23

buscará debater e sintetizar as apresentações feitas e as discussões ocorridas nas sessões anteriores e definir sugestões e diretrizes para aprofundamento da cooperação em Ciência, tecnologia e inovação entre os países BRICS.

O principal produto da subação será o seminário internacional em questão. A partir dos debates ocorridos no evento será elaborado um relato-síntese da reunião técnica que encerra o evento.

A participação do CGEE na organização e condução desse evento agregará ao mesmo a experiência do Centro no que se refere à sua capacidade de mobilização e articulação de atores relevantes em torno de um objetivo específico, no caso da presente subação a realização de um seminário internacional sobre ciência, tecnologia e inovação nos BRICS, além da sua capacidade de preparar e validar a síntese técnica do evento, em particular das sugestões de cooperação a serem geradas na reunião técnica acima mencionada.

Orçamento Estimativo:


Item	Valor (R\$)
Serviços de Terceiros – (Pessoa Jurídica)	12.000,00
Serviços de Terceiros – (Pessoa Física)	20.000,00
Passagens e Diárias: 10 passagens nacionais a R\$ 1.500,00 = R\$ 15.000,00 e 20 passagens internacionais a R\$ 5.000,00 = R\$ 100.000,00 e 10 diárias a R\$ 460,00 = R\$ 4.600,00 e 20 diárias internacionais a R\$ 720,00 = R\$ 14.400,00)	134.000,00
Contratação de pessoal temporário diretamente vinculado à subação/atividade	
Impostos (20% sobre o valor de serviços de terceiros – pessoa física)	4.000,00
Outros: Seminário internacional= R\$ 10.000,00 Outras despesas operacionais (10%): R\$ 20.000,00	30.000,00
Total	200.000,00

17. Título da Subação

Ciência, Tecnologia e Inovação para o desenvolvimento sustentável do Semiárido do Brasil

Objetivo estratégico do contrato de gestão: I

Caracterização da demanda



Esta Subação nasceu de solicitação do MCTI, através da SEPED, e guarda relação com Subações anteriores e atividades desenvolvidas pelo Centro relacionadas aos temas Terras Secas, Desertificação, Água, Desenvolvimento Sustentável e Planejamento Territorial da CT&I.

EMENTA

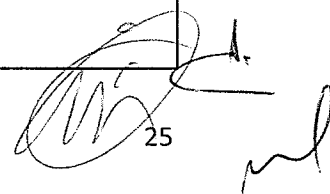
Esta Subação tem como objetivo aprofundar o conhecimento sobre as atividades de CTI no Semiárido brasileiro e propor uma estratégia para o seu fortalecimento, identificando lacunas, obstáculos e problemas, bem como identificando necessidades de tecnologias e conhecimentos com potencial de aplicação e difusão na região, além de mapear instituições e competências disponíveis, com vistas a possibilitar apoio orientado à ampliação de sua contribuição para o desenvolvimento sustentável da Região.

O estudo será desenvolvido através de (a) preparação de Notas Técnicas; (b) realização de Oficinas de Trabalho; (c) identificação de áreas sujeitas a DLDD e de tecnologias de recuperação; e (d) análise de bases de dados de mestres e doutores existentes no CGEE. Como principais produtos, pretende-se elaborar (a) documento com propostas para o fortalecimento do papel da CTI no Semiárido brasileiro; (b) documento com a identificação de áreas vulneráveis a DLDD (desertificação, degradação de terras e secas) no Semiárido e inventário de tecnologias de recuperação; e (c) mapa da Comunidade Científica e de Instituições de Pesquisas no Semiárido.

O CGEE dispõe de condição especial para a realização deste trabalho, em função de sua experiência e conhecimento sobre questões de CTI no Semiárido, desde a realização da ICID + 18 e de sua participação na Rio + 20, o apoio dado à criação do Instituto Nacional do Semiárido, além de seu papel em iniciativas internacionais sobre o tema (Acordo Tripartite Brasil-França-África para apoio à CT nas terras secas da África, ILACCT, e ARIDAS-LAC, na América Latina).

ORÇAMENTO ESTIMATIVO:

Item	Valor (R\$)
Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	79.000,00
Serviços de Terceiros – Pessoa Física	80.000,00
Passagens e Diárias (20 passagens nacionais a R\$ 1.500,00 = R\$ 30.000,00 ou 15 passagens internacionais a R\$ 5.000,00 = R\$ 75.000,00 e 60 diárias a R\$ 460,00 = R\$ 27.600,00 ou 45 diárias internacionais a R\$ 720,00 = 32.400,00)	165.000,00
Contratação de pessoal temporário diretamente vinculado à subação/atividade	-
Impostos (20% sobre o valor de serviços de terceiros – pessoa física)	16.000,00
Outros:	60.000,00
3 oficinas de trabalho a R\$ 15.000,00 cada	
Outras despesas operacionais R\$ 15.000,00	


 25

Total

400.000,00

II – Atividades, na ordem em que são apresentadas no Anexo I

1. Título da Atividade

Recursos Humanos para CT&I

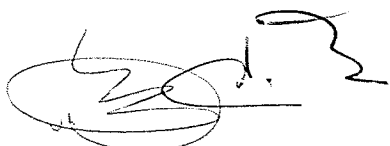
Objetivo estratégico do Contrato de Gestão

Justificativa

O CGEE vem construindo um amplo sistema de informações cujo alvo estratégico de mais longo prazo é consolidar e ampliar o sistema de informação de dados estatísticos e análises sobre os recursos humanos para a CT&I, propiciando uma base para a compreensão das características e tendências de evolução desse contingente específico da população brasileira. A atividade almeja subsidiar as políticas de formação de recursos humanos dedicados à pesquisa, desenvolvimento e inovação no Brasil e procura abarcar vários níveis educacionais, tendo centrado atenção, inicialmente, nos egressos da pós-graduação. Em etapas futuras, pretende-se incorporar outros tipos de formação, também de interesse da CT&I, como os egressos dos cursos do ensino técnico e profissional e da graduação. O alvo é importante porque o Brasil ainda possui um contingente pequeno da população engajado nas atividades de CT&I e precisa não se descuidar do processo de formação e fixação de quadros técnico-científicos nos próximos anos.

Os resultados vêm sendo divulgados na mídia em geral e o Centro espera que isso promova a intensificação do uso das informações produzidas. A Atividade toma, cada vez mais, a forma da prestação de um serviço à comunidade de CT&I do País. Ela organiza um elenco de informações providas por importantes parceiros institucionais e possui grande reconhecimento na comunidade científica e tecnológica brasileira. O público alvo é bem abrangente, envolvendo toda a comunidade interessada nas temáticas da CT&I e Educação. Cabe destacar a atenção dada aos resultados da Atividade pelo Conselho de Administração do Centro, pela SBPC, pela ABC, pela Capes e pela Fapesp, dentre outras instituições do SNCTI.

O CGEE conta com parcerias qualificadas para desenvolvimento dessa Atividade, em que se destacam: (1) a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior do Ministério da Educação – Capes/MEC; (2) a Coordenação Geral de Estatísticas do Trabalho da Secretaria de Políticas Públicas de Emprego do Ministério do Trabalho e Emprego – CGET/SPPE/MTE; (3) a Coordenação Geral de Indicadores da Secretaria Executiva do Ministério da Ciência e Tecnologia CGIN/SEXEC/MCTI; e (4) a Coordenação de Estatísticas e Indicadores do Gabinete da Presidência do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CGEI/Gabinete/CNPq. A Atividade em 2013 voltou-se para a consolidação e atualização das bases de dados de mestres e doutores, a divulgação abrangente dos dados e análises, inclusive de temas especiais como a CT&I na Amazônia, e ao estímulo para que novos grupos de pesquisa se dediquem a explorar seu potencial



para questões e temas especializados. Hoje, o Centro dispõe de equipe técnica e metodologias para trabalhar a contento os microdados, estando preparado para tratar as bases e oferecer um elenco de informações relevantes sobre o tema.

1.1. Título do Projeto

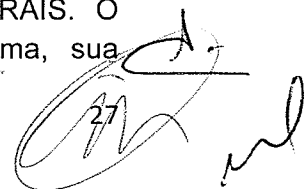
A formação de novos quadros para CT&I: a trajetória profissional dos egressos do programa o PIBIC

Ementa

Em 1988 foi criado o programa PIBIC (Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica) no CNPq, que visava aumentar a participação das instituições de ensino e pesquisa no processo de formação científica dos alunos, não pulverizar a distribuição de cotas e democratizar o acesso às bolsas, além estabelecer uma sistemática de acompanhamento e avaliação da iniciativa. O programa tomou grandes proporções envolvendo todas as unidades da federação, dezenas de instituições de ensino e pesquisa, milhares de alunos e orientadores e um grande volume de recursos financeiros investidos. Em 2013, o comitê de coordenação do PIBIC e o CNPq convidaram o CCGE a realizar a avaliação do Programa, com ênfase no estudo da trajetória profissional dos egressos do Programa e sua inserção no mercado de trabalho, à luz dos estudos desenvolvidos pelo Centro sobre a formação e o emprego de Mestres e Doutores. Reuniões com a equipe do CNPq permitiram avançar na definição do projeto apontando para a necessidade de se realizar um mapeamento amplo do programa e o desenho de metodologia para avaliação de dimensões relevantes relacionadas aos objetivos específicos do PIBIC e outros efeitos a ele atribuídos, particularmente os impactos institucionais produzidos pelo Programa. O projeto deverá ser desenvolvido em dois anos e a proposta aqui descrita se concentrará no primeiro ano, produzindo resultados sobre o mapeamento geral do programa, o estudo sobre a trajetória dos egressos e uma proposta metodológica sobre a avaliação de outras dimensões do Programa, essa última a ser desenvolvida em 2015. O projeto tem, portanto, o objetivo de incorporar a dimensão da Iniciação Científica aos estudos sobre os Recursos Humanos para CT&I, sob a perspectiva de análise da trajetória profissional dos egressos do programa PIBIC no mercado formal de trabalho e atuação no meio acadêmico.

Reuniões preparatórias estão previstas para o início de 2014 para a definição do escopo do projeto. A primeira etapa do projeto, a ser desenvolvida em 2014, tratará de produzir o Panorama Geral do PIBIC, o estudo sobre a inserção dos egressos na pós-graduação e o estudo sobre o emprego dos egressos.

Para tal, será utilizado um conjunto de bases de dados e o cruzamento das mesmas para os diferentes focos de análises. São elas: (1) Panorama do PIBIC - Dados sobre os egressos do programa, provenientes das bases de dados de fomento do CNPq; (2) Inserção dos egressos na pós-graduação - Dados sobre os mestres doutores titulados no Brasil do ColetaCapes e de titulados no exterior, a partir das bases de bolsa de doutorado pleno no exterior das principais agências de fomento; e (3) Emprego dos egressos - Informação sobre a inserção dos egressos do PIBIC no mercado de trabalho formal, a partir da Relação Anual de Informações Sociais – RAIS. O desenvolvimento do projeto permitirá conhecer os números do Programa, sua


27

evolução ao longo do tempo, distribuição nas áreas do conhecimento e no território nacional, bem como o estudo da trajetória profissional dos egressos e sua inserção no mercado de trabalho. Preparando o terreno para os desdobramentos de 2015, a avaliação de objetivos específicos do programa será alvo de discussão pelas equipes envolvidas e o Comitê de Coordenação do Programa. Ao final do primeiro ano, deverão estar definidos os alvos e a metodologia, para realização dessa etapa da avaliação no segundo ano do projeto.

Os principais produtos a serem entregues em Dezembro/2014 são: (1) Relatório "PIBIC em números" contendo análise das principais dimensões quantitativas do programa, tais como distribuições nas grandes áreas e áreas do conhecimento, nas instituições, localização espacial e evolução ao longo do tempo; e (2) Relatório contendo a análise da trajetória dos egressos do PIBIC, com especial atenção à formação pós-graduada, ao emprego formal e a inserção profissional acadêmica.


1.2. Título do Projeto

Estudo sobre os doutores titulados no Exterior e a atualização dos dados de Mestres e Doutores (2010 e 2011)

Ementa

O CGEE vem desenvolvendo nos últimos anos competência para gerar e analisar, de forma sistemática, dados sobre os recursos humanos para CT&I, com foco na formação e no emprego de mestres e doutores no Brasil, visando subsidiar o aperfeiçoamento das políticas públicas do setor. Um dos alvos estratégicos da atividade RHCT&I é consolidar o CGEE como um Centro de referência na produção de dados e análises, em apoio às políticas públicas de formação de RH para pesquisa e inovação no País. Isso implica, por um lado, na atualização sistemática dos dados e, por outro, na ampliação da cobertura desses dados. Apesar da defasagem que existe na disponibilização de dados, será possível, nessa etapa do trabalho, acrescentar informações dos anos 2010 e 2011, tanto na formação (Coleta Capes) como do emprego (RAIS) dos mestres e doutores. Já na ampliação da cobertura dos dados, o foco se voltará para o contingente de doutores que se titularam no exterior e que trabalham no Brasil, já que os estudos anteriores trataram apenas dos titulados no Brasil.

Ao longo da formação da base técnico-científica brasileira, a formação de doutores no exterior teve diferentes objetivos e importância. Uma análise comparativa com doutores titulados no Brasil permitirá identificar características próprias desse grupo e possíveis diferenças entre os perfis, como a taxa de emprego na RAIS, a remuneração, o tipo de ocupação, a atividade econômica do empregador e a distribuição no território, por exemplo. A dimensão de divulgação traz consigo o desafio de promover o uso das informações geradas, considerando que a disponibilização das informações por si só não garantem o seu uso, e, portanto, o alcance de nosso principal objetivo, que é subsidiar as políticas públicas. Nesse sentido, houve um esforço inicial de criação de um *website* com ferramenta interativa de busca e cruzamentos dos dados de mestres e doutores, no final de 2013. Para 2014 projeta-se o aperfeiçoamento da interface de busca e cruzamento de dados, a partir da experiência e percepção de usuários externos ao CGEE. Essa iniciativa



orientará o aperfeiçoamento da página, visando promover cada vez mais o acesso aos dados por gestores e pesquisadores interessados no tema. Este projeto visa, portanto, consolidar e ampliar a geração e divulgação de estatísticas sobre a formação e o emprego de mestres e doutores, com a atualização de dados e a inserção de doutores titulados no exterior.

Em 2014, será dada continuidade às ações de negociação com a Capes e o MTE para aquisição de novas bases já estão, de modo a permitir a atualização de dados de titulações em 2010 e 2011, assim como do emprego em 2011. Da mesma forma, movimentos de aproximação com as principais agências de fomento foram iniciados para aquisição das bases de bolsas no exterior.

Os estudos de mestres e doutores envolvem o acesso, a absorção, o tratamento e o cruzamento de duas grandes bases de dados contendo registros administrativos. A primeira é o Coleta Capes, administrada e mantida pela Capes, que contém o registro das informações sobre os indivíduos que obtiveram títulos de mestrado e doutorado. A segunda é a Relação Anual de Informações Sociais – RAIS, administrada e mantida pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), que contém o registro de informações sobre os indivíduos com emprego formal e as características de seus empregos. Ambas têm sido obtidas por intermédio de acordos de cooperação institucional. As publicações anteriores pelo Centro cobrem os titulados de mestrado e doutorado de 1996 a 2009, e os dados de emprego de 2009. Essa fase do trabalho pretende acrescentar às estatísticas anteriores mais dois anos de titulações (2009 e 2010) e o emprego em 2010. Já os dados de formação de doutores no exterior, diferentemente daqueles de titulados no país, que estão concentradas com alta qualidade no Coleta Capes, não estão disponíveis em nenhuma fonte de dados unificada. Será necessário um esforço adicional de articulação para aquisição e organização dos dados provenientes das principais agências de fomento no Brasil.

Após a geração das estatísticas serão realizadas as análises sobre a formação de pessoal (programas, áreas do conhecimento, distribuições regionais estaduais, natureza jurídica da instituição de ensino etc), sobre o emprego dos egressos no que se refere ao empregador (natureza jurídica, porte, atividade econômica, localização) e às características do emprego (remuneração, ocupação e vínculos). Uma análise comparativa dos doutores titulados no Brasil e no exterior permitirá identificar possíveis diferenças nos perfis desses grupos, como a taxa de emprego, a remuneração, o tipo de ocupação, a atividade econômica do empregador e a distribuição no território.

A dimensão de divulgação envolve a estratégia de facilitação do acesso e disponibilização dos dados com o uso de ferramenta interativa na página do CGGE na internet para seleção de dados de interesse. Para tal, no atual estágio de desenvolvimento desse componente do projeto, será criado um mecanismo de *feedback* com usuários do sitio institucional do CGEE na Internet, para o aperfeiçoamento da interface com o usuário.

São listados a seguir os principais produtos a serem entregues em dezembro/2014: (1) Relatório estatístico com a atualização dos dados de titulação e emprego de mestres e doutores para os anos 2010 e 2011; (2) Relatório estatístico sobre a trajetória profissional dos doutores titulados no exterior; (3) Relatório com análise dos resultados

finalis do emprego dos doutores titulados no exterior (GDE); (4) Mecanismo de feedback para avaliar a adequação da webpage de RH CT&I; e (5) Webpage com novos dados e aperfeiçoamento da interface de busca, de acordo com o resultado da avaliação apresentada no produto 4.

Orçamento Estimativo da Atividade:

Não há necessidade de recursos adicionais para esta Atividade em 2014, em função de saldos existentes nessa rubrica em 01/01/2014.

2. Título da Atividade

Indicadores de Inovação

Objetivo estratégico do contrato de gestão: I

Justificativa

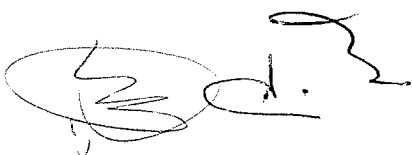
A partir do início da década de 2000, entidades governamentais ligadas ao Sistema Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação de diferentes setores e nas distintas esferas administrativas de governo, universidades e centros de pesquisa, passaram a incluir em suas agendas a questão da inovação. Nessa década verificou-se ainda a estruturação e implantação de novos instrumentos legais em nível federal voltado ao incentivo das atividades de inovação, como a Lei da Inovação a Lei do Bem, as leis dos fundos setoriais e a nova lei do FNDCT, dentre outras. Esse mesmo movimento foi seguido pelos estados da federação, que também elaboraram leis e novos instrumentos de financiamento em nível estadual.

No lado empresarial fortaleceram-se as associações de entidades privadas sem fins lucrativos, que desenvolvem iniciativas de aproximação do empresariado com o sistema público, de sorte a divulgar os instrumentos existentes, avaliar necessidade de ajustes ao arcabouço legal relacionados à inovação, e organizar pautas de discussão sobre o aprimoramento da ambiência da inovação com o governo.

A atividade "Indicadores de Inovação" se insere nesse contexto e tem como alvo estratégico desenvolver um sistema de informação de alimentação descentralizada sobre a atividade inovativa do País, cujas bases conceituais foram inicialmente desenvolvidas na subação, já concluída, intitulada "Caracterização de empresas em sistemas estruturados de inovação". Em atenção aos objetivos das políticas da área, o Brasil vem se esforçando para adotar efetivamente a inovação como base para avaliar o desempenho as empresas e de sua estrutura produtiva. Para tanto são necessários indicadores que permitam aferir a posição alcançada em cada setor, região ou ambiente escolhido.

A inclusão da atividade no Contrato de Gestão do CGEE almeja contribuir para o desafio de definir, estruturar e testar novos indicadores de inovação associados à condução das principais políticas públicas na área, como a Estratégia Nacional de CT&I e o Plano Brasil Maior, incluindo as recém-lançadas estratégias setoriais do Inova-Empresa.

Em 2014, a partir das ações desenvolvidas em etapas anteriores, a Atividade ampliará o escopo e aperfeiçoará a metodologia de trabalho mediante a implementação de dois projetos específicos que se mencionam a seguir.



2.1. Título do Projeto

Indicadores de inovação nas empresas brasileiras

Ementa

Este projeto tem como objetivo o de oferecer ao SNCTI um instrumento para o monitoramento da capacidade inovativa nas empresas e contribuir à aceleração do aprendizado e capacitação destas, especialmente no que se refere à gestão do processo de inovação.

A coleta de dados da fase piloto envolvendo 15 empresas foi efetuada na segunda quinzena de dezembro. Em janeiro, os dados obtidos estavam sendo analisados para subsidiar a elaboração dois produtos denominados, Análise dos resultados da primeira coleta de dados e Algoritmo de análise e classificação das empresas.

Esse projeto prevê aproximações sucessivas no delineamento de um conjunto ideal de indicadores que capazes de descrever a capacidade inovativa das empresas brasileiras, tomando-se por base os resultados alcançados pelo CGEE em etapas anteriores e novas percepções sobre como melhor encaminhar os esforços do Centro na direção do objeto central do projeto.

Assim, após a fase piloto, já encerrada, planeja-se realizar uma avaliação da cesta preliminar de indicadores e dos métodos de coleta adotados na fase piloto. Essa avaliação será apoiada pelos subsídios já oferecidos pelas próprias empresas participantes da pesquisa, assim como de especialistas e de parceiros do projeto.

Esta etapa de avaliação corresponde ao início da segunda fase do projeto (fase β), a qual permitirá elaborar uma segunda aproximação da cesta de indicadores, ajustar métodos de coleta, ampliar parcerias com entidades do setor empresarial, delinear os subsistemas da coleta, armazenagem, tratamento e disseminação de dados e informações, implantar uma nova rodada de coleta de dados para um conjunto amostral ($n= 100$), bem como planejar a estratégia de divulgação e disseminação do projeto.

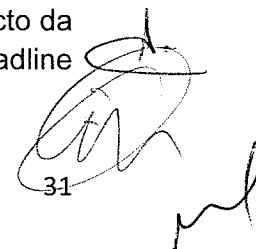
Os principais produtos a serem entregues em 2014 são: a oficialização de parceiros do projeto por meio da celebração de acordos de cooperação; documento contendo a descrição da nova cesta de indicadores e da metodologia de coleta de dados ajustada; documento descrevendo o planejamento de coleta de dados da fase β ajustada; e o documento de especificação dos subsistemas que compõem o sistema de coleta de dados.

2.2. Título do Projeto

Desenvolvimento de um indicador composto de impacto da inovação na economia - Comissão Europeia

Ementa

O objetivo deste projeto é o desenvolvimento de um indicador composto de impacto da inovação na economia brasileira, a partir da experiência do "Innovation Headline


31

Indicator”, proposto pela Comissão Europeia, e que é orientado para resultados e não para o esforço despendido (ex.: P&D).

No início de 2014 foi realizada a análise dos documentos da Comissão Europeia relacionados ao indicador referenciado; a elaboração do plano de trabalho para o desenvolvimento do projeto sob a responsabilidade do CGEE, que terá prazo até dezembro de 2014 para sua conclusão; e, a elaboração da documentação necessária para o início do projeto em fevereiro de 2014.

Para a estimativa dos valores dos indicadores componentes e do indicador composto no caso brasileiro, serão contatadas as instituições nacionais considerados importantes para o projeto (como exemplos: o IBGE, o IPEA e o MCTI).

Os resultados das diversas estimativas realizadas para o indicador composto serão submetidos a testes estatísticos e avaliações que possam identificar suas qualidades e limitações.

Os dois *workshops* previstos ao longo do desenvolvimento do projeto proporcionarão as necessárias avaliações, críticas e sugestões para o aprimoramento nos resultados parciais do trabalho desenvolvido. Os resultados do estudo serão disseminados por meio de publicações e seminários com a participação de especialistas na academia, no governo e nas empresas.

Ao final de 2014, serão produzidos dois documentos: (1) Relatório “Em busca de um indicador de resultado da inovação: O novo indicador proposto pela Comissão Europeia e sua estimativa para o Brasil”; e (2) Relatório “Em busca de um indicador de resultado da inovação: O novo indicador proposto pela Comissão Europeia, testes e avaliação de sua estimativa para o Brasil e alternativas para o seu aperfeiçoamento”

Orçamento Estimativo da Atividade:

Item	Valor (R\$)
Serviços de Terceiros – (Pessoa Jurídica)	174.000,00
Serviços de Terceiros – (Pessoa Física)	150.000,00
Passagens e Diárias: 60 passagens nacionais a R\$ 1.500,00 = R\$ 90.000,00 e 02 passagens internacionais a R\$ 5.000,00 = R\$ 10.000,00 e 100 diárias a R\$ 460,00 = R\$ 46.000,00 e 8 diárias internacionais a R\$ 720,00 = 5.760,00)	151.760,00
Contratação de pessoal temporário diretamente vinculado à subação/atividade	
Impostos (20% sobre o valor de serviços de terceiros – pessoa física)	30.000,00
Outros: 03 oficina de trabalho a R\$ 20.000,00 = R\$ 60.000,00	94.240,00



Outras despesas operacionais: R\$ 34.240,00	
Total	600.000,00

3. Título da Atividade

Inserção do CGEE em agendas internacionais

Justificativa

A Atividade tem como alvo estratégico estabelecer vínculos com parceiros internacionais em torno de questões em CT&I sobre o tema do desenvolvimento sustentável. Contempla a realização de estudos voltados para o progresso do conhecimento técnico-científico associado ao tema foco, em especial em questões de relevo global, como o combate à desertificação e a problemática das terras secas, o esforço de compreensão e adaptação às mudanças climáticas e o desafio de promover o avanço das energias renováveis. As inovações - tecnológicas, institucionais e de gestão - são essenciais para permitir uma transição para sistemas sociotécnicos sustentáveis, conduzindo a uma mudança nos padrões de consumo e produção que levarão a um novo patamar mais afeito aos princípios e objetivos do desenvolvimento sustentável. A Atividade se apoia nas contribuições emanadas da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, a Rio + 20 e conta com um amplo elenco de parceiros nacionais e internacionais. No plano nacional, se destaca a Secretaria do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social - CDES/SAE/PR, que se propõe a desenvolver cooperação específica com o CGEE em temas de seu interesse. O Centro pretende explorar, no plano internacional, as parcerias que mantém com duas instituições da ONU, a Cepal e a UNCCD, também com o *Consejo Nacional de Investigaciones Científicas y Técnicas* - CONICET - e o *Instituto Argentino de Investigaciones de las Zonas Áridas* - IADIZA, ambos da Argentina, a *Swedish Agency for Growth Policy Analysis*, da Suécia, o *Institut du Développement Durable et des Relations Internationales* - IDDRI e o *Institut de Reserche pour le Développement* - IRD, ambos da França, o *International Institute for Applied Systems Analysis* - IAASA, além do Centro Mundial para o Desenvolvimento Sustentável (Centro Rio + 20), recém criado. As Universidades de Durham e Sussex, no Reino Unido, o projeto nacional LACAf-Cane, da Fapesp e GSB, e os Centros CTBE e Embrapa Energia também estarão envolvidos nas ações. O MCTI, o MMA, o MRE e o CDES são interessados potenciais nos resultados.

Para 2014, a agenda da Atividade centra atenção na problemática dos padrões de consumo sustentáveis, na implementação de *roadmaps* tecnológicos e mecanismos de incentivo no tema da mudança climática, e do modelo brasileiro de aproveitamento das energias renováveis no contexto latino-americano e africano e, finalmente, no desenho de uma estratégia comum latino-americana e caribenha para o combate à desertificação no continente. Na frente relacionada aos padrões de consumo sustentáveis, o Centro aplicará sua bem sucedida metodologia de realização de consultas estruturadas. O CGEE deve atuar nesses processos como catalizador de reflexões e debates inovadores, inserindo-se nos grupos de vanguarda, por meio de formação das parcerias e desenvolvendo capacidades para apoiar a formulação de

estratégias sustentáveis de desenvolvimento. O CGEE possui equipes dedicadas e tem desenvolvido iniciativas convergentes que reforçam contribuições passadas e presentes da agenda de subações e atividades.

3.1. Título do Projeto

Agenda positiva para mudança do clima

Ementa

Este projeto se insere nesta Atividade em torno de questões de Ciência, Tecnologia e Inovação (CTI) sobre o tema desenvolvimento sustentável, visando gerar contribuições relevantes para a posição brasileira nas negociações internacionais. A Convenção do Clima (UNFCCC) pretende aprovar medidas de implementação mais ambiciosas durante a 21ª Conferência das Partes (CoP-21) de 2015 em Paris, que vão além das tradicionais metas mandatórias e compromissos voluntários das Partes. Dentre os temas em pauta, pode-se destacar a preocupação com um maior engajamento dos atores da sociedade no esforço de redução de emissões de gases de efeito estufa (GEE) e de adaptação à mudança do clima. Daí o interesse em explorar uma “agenda positiva”, a partir do exame das oportunidades para os países relacionadas a dois dispositivos recentes da Convenção: (i) o mecanismo tecnológico, que compreende um Comitê de Tecnologia (*Technology Committee – TEC*), um Centro de Tecnologia (*Technology Center*) e uma Rede de Instituições Tecnológicas (*Technology Network*); e (ii) o Programa de Trabalho para a elaboração de um Arcabouço para Várias Abordagens (*Framework for Various Approaches - FVA*), que pretende explorar as diversas iniciativas inovadoras de mercado, compreendendo mercado de redução de emissões, arranjos institucionais, modelos de gestão. Também, com base na experiência da matriz energética brasileira, esse projeto comporta o estudo de iniciativas em CTI para expansão sustentável das energias renováveis nos países latino-americanos e africanos. Nesse âmbito, é essencial prospectar também instrumentos de incentivo (financeiros, fiscais) adequados para o aproveitamento pelos agentes públicos e privados brasileiros das oportunidades proporcionadas pela economia de baixo carbono. O apoio técnico do CGEE às instâncias governamentais de representação do país na negociação da Convenção do Clima, em particular o MCTI, com base nas competências adquiridas e em desenvolvimento no Centro, é essencial para respaldar o protagonismo brasileiro na agenda internacional de mudança do clima.

O Projeto tem, portanto, o objetivo gerar contribuições para respaldar as posições brasileiras nos processos internacionais relacionados à Convenção do Clima (UNFCCC) das Nações Unidas, com respeito ao recém-criado Mecanismo Tecnológico e ao Programa de Trabalho para a elaboração de um Arcabouço para Várias Abordagens (FVA).

A metodologia a ser empregada no Projeto consistirá na combinação de análises qualitativas e quantitativas das informações e dados levantados. Será efetuado exame da literatura e de experiências dos países que já desenvolveram estudos de avaliação das necessidades em termos de tecnologias relativas a questões de mitigação e adaptação às mudanças climáticas, para identificação e exploração das oportunidades para o País relacionadas ao mecanismo tecnológico e ao arcabouço para várias



abordagens, no âmbito da Convenção do Clima. A metodologia também envolverá a realização de oficinas de trabalho com a presença de membros do CGEE e de instituições parceiras, bem como de especialistas e acadêmicos com experiência relevante na temática desenvolvimento e transferência de tecnologia, para aprimorar metodologias de avaliação de maturidade tecnológica (*technology readiness assessment*). Serão empregados métodos como *Brainstorming* para identificação das oportunidades para o País; consulta *Delphi* para identificação de pontos consensuais; *Mind Mapping* para organização das temáticas tecnológicas e suas interligações relevantes para o Projeto. Para o desenvolvimento dessas ações será necessário o desenvolvimento das seguintes atividades: (1) Identificar e estabelecer vínculos com instituições nacionais e estrangeiras relevantes; (2) Levantar dados e informações pertinentes a tecnologias para mitigação e adaptação às mudanças climáticas; (3) Efetuar seleção de metodologias de *roadmaps* tecnológicos apropriadas ao projeto; (4) Organizar e realizar oficina de trabalho sobre maturidade tecnológica; (5) Realizar estudo das capacidades e necessidades brasileiras em tecnologias (TCNA) relacionadas à mudança do clima (mitigação e adaptação); (6) Organizar banco de dados de capacidades e necessidades tecnológicas; (7) Participar, no âmbito da delegação brasileira, da preparação da agenda de negociação para COP-20/CMP-10 e da condução do processo da Plataforma de Durban (ADP); (8) Realizar levantamento dos mecanismos regulatórios e de mercado para o aproveitamento das oportunidades proporcionadas pela economia de baixo carbono; (9) Acompanhar as atividades dos GTs 2 (adaptação) e 3 (mitigação) do Painel Brasileiro de Mudanças Climáticas (PBMC); e (10) Participar do Comitê de Elaboração de Cenários do Projeto Implicações Econômicas e Sociais de Cenários de Mitigação de Gases de Efeito Estufa 2030/2050 – Projeto IES-Brasil.

Para o final de 2014, está prevista a entrega dos seguintes principais produtos: (1) Relatório de Intercâmbio Brasil/África em CTI para Bioenergia; (2) Relatório metodológico de *roadmaps* tecnológicos apropriados ao projeto; (3) Banco de dados das oportunidades da economia de baixo carbono; e (4) Mapeamento de capacidades e necessidades tecnológicas brasileiras (TCNA) em mitigação e adaptação à mudança do clima.

3.2. Título do Projeto

Objetivos do Desenvolvimento Sustentável - ODS

Ementa

O projeto ODS se apoia nas contribuições do CGEE para a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, a Rio+20, que tratou dos temas de interesse geral relacionados aos fundamentos econômicos da sustentabilidade, ao papel da inovação e à necessidade de fortalecer as capacidades científicas e tecnológicas. O documento final da RIO+20, "O Futuro que Queremos", clama pela construção dos ODS no horizonte 2015. Como forma de abordagem inicial das discussões relacionadas aos ODS, o CGEE optou pelo estabelecimento de parcerias com atores brasileiros e internacionais relevantes para o desenvolvimento de um referencial conceitual relativo à temática de padrões de consumo sustentável (PCS), a qual constou do documento brasileiro submetido para a Rio+20. A promoção de padrões de consumo sustentável é fundamental para a adoção de uma nova trajetória

de crescimento norteada por todas as dimensões do desenvolvimento sustentável e que conte com o engajamento equilibrado dos países industrializados e em desenvolvimento. Nesse contexto, o Projeto é relevante pois procura identificar formas de equilibrar todas as dimensões do desenvolvimento sustentável, bem com a incorporação de questões relacionadas a PCS nos ODS, a fim de que as necessárias mudanças comportamentais e regulatórias sejam inspiradas pelos ODS. Tem como objetivo, portanto, gerar contribuições para respaldar a posição brasileira no processo das Nações Unidas de estabelecimento dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável até 2015.

A metodologia a ser empregada no Projeto consistirá na combinação de análises qualitativas e quantitativas das informações e dados levantados mediante a realização da consulta estruturada sobre a percepção de especialistas sobre padrões de consumo sustentável no âmbito dos ODS, bem como da literatura existente com relação aos PCS e ODS. A metodologia também envolverá a realização de oficinas de trabalho com a presença de membros do CGEE e de instituições parceiras, bem como especialistas, acadêmicos e outras pessoas com experiências relevantes para a temática dos PCS e ODS, com a utilização de métodos como *Brainstorming* para identificação de temas relevantes relacionados aos PCS e ODS; realização de consulta *Delphi* para identificação de pontos consensuais; e *Mind Mapping* para identificação das correlações entre as temáticas do PCS e ODS relevantes para a consulta estruturada e para o Projeto.

Ao final de 2014, pretende-se entregar a seguinte lista de principais produtos: (1) Relatório contendo os resultados da consulta estruturada internacional sobre padrões de consumo sustentável realizada em 2014; e (2) Análise das oportunidades e desafios para o Brasil relativos aos PCS e ODS, com ênfase nas inovações para o desenvolvimento sustentável.

3.3. Título do Projeto

Contribuições brasileiras à iniciativa de CT&I para o desenvolvimento sustentável das terras secas da América Latina e o Caribe (ÁRIDAS LAC).

Ementa

Este Projeto faz parte da inserção do CGEE em agendas internacionais e resulta da liderança lograda pelo Centro, a partir da ICID+18, nas discussões a respeito do papel e das contribuições que a ciência, tecnologia e a inovação podem aportar para o desenvolvimento sustentável das terras secas no planeta e no Brasil. As atividades a serem desenvolvidas no âmbito do Projeto referem-se às contribuições nacionais e do Centro nesta fase de planejamento e consolidação da Iniciativa, e estão alinhadas com os Acordos de Cooperação que o CGEE firmou com instituições internacionais, como o Conselho de Ciência e Tecnologia da Argentina (CONICET), o Instituto Argentino de Investigação de Zonas Áridas (IADIZA), o Instituto Francês de Pesquisa para o Desenvolvimento (IRD) e a Comissão Econômica das Nações Unidas para a América Latina e o Caribe (CEPAL). O Projeto tem por objetivo organizar a contribuição brasileira para a Iniciativa ÁridasLAC, desenvolvendo estudos e mobilizando atores nacionais e internacionais que desenvolvem ações voltadas ao desenvolvimento sustentável das regiões semiáridas da ALC.



O Projeto acompanhará o que está sendo desenvolvido na Iniciativa regional, com foco nas atividades nacionais. Dentre outras questões, cabe mobilizar atores nacionais que atuam na área de CTI no semiárido. Assim, o levantamento de instituições e atores relevantes que atuam com CTI em temas voltados ao desenvolvimento sustentável do semiárido, nesta fase inicial da Iniciativa ÁridasLAC, focará nos temas da DLDD, que foram assinalados como prioritários pelo Comitê Científico da UNCCD (CST). Para isso, serão utilizadas as bases de dados sobre mestres e doutores, já existentes no CGGE, a Plataforma Lattes e o Cadastro Nacional de Instituições, com vistas ao desenvolvimento das seguintes atividades: (1) Organizar um glossário sobre DLDD no semiárido, com base na opinião de especialistas sobre o tema; (2) Partindo da plataforma Lattes, identificar pesquisadores que trabalham com DLDD no semiárido brasileiro, assim como a produção científica relevante; e (3) Identificados os pesquisadores, utilizar a mesma plataforma Lattes para mapear as instituições que trabalham com DLDD no semiárido brasileiro.

Quanto ao mapeamento das áreas vulneráveis e tecnologias disponíveis e aplicáveis, o estudo será realizado em cada estado da região, com base em informações secundárias, disponíveis em instituições de pesquisa e estatística, buscando identificar as áreas mais afetadas por DLDD. O cruzamento dos dados referentes às áreas mais afetadas pelas secas, com os dados das áreas antropizadas e das áreas com maior índice de perda de produtividade agrícola, permitirá identificar as áreas mais vulneráveis. Isso se dará de acordo com as seguintes ações: (1) Com base em dados meteorológicos, identificar às áreas mais afetadas pelas secas; (2) Com base no sensoriamento remoto, identificar a situação da cobertura vegetal e áreas antropizadas nestas áreas mais afetadas pelas secas; (3) Utilizando dados de produção agrícola, analisar a produtividade das atividades agrícolas; (4) Levantar as causas comuns da DLDD nas áreas mais vulneráveis; (5) Identificar as instituições e experiências exitosas para o enfrentamento da DLDD no semiárido; e (6) Utilizando técnicas cartográficas, produzir um mapa das áreas mais vulneráveis aos impactos da DLDD no semiárido.

Levantar técnicas e tecnologias utilizadas no semiárido voltadas a evitar a degradação, recuperar terras degradadas, mitigar os efeitos das secas e combater os processos de desertificação. Este trabalho utilizará consultas dirigidas às instituições de pesquisa e organizações da sociedade civil, assim como outras instituições governamentais que implementam ações no semiárido.

Os principais produtos a serem entregues em Dezembro/2014 são: (1) Relatório de experiências internacionais sobre políticas de seca: resultados, pontos fortes, fragilidades, e recomendações para ALC e Brasil; (2) Estudo Mapeamento das Instituições Mestres e Doutores que trabalham com DLDD e Mudanças Climáticas na Região Nordeste; e (3) Estudo “Estado da Arte da DLDD no semiárido brasileiro com o Mapeamento das áreas vulneráveis no Brasil e inventários das tecnologias sobre DLDD, disponíveis e potencialmente aplicáveis”.

Orçamento Estimativo da Atividade

Item	Valor (R\$)
Serviços de terceiros – pessoa jurídica	14.000,00

Serviços de terceiros – pessoa física	60.000,00
Passagens e Diárias (8 passagens nacionais a R\$ 1.500,00 = R\$ 8.000,00 e 16 diárias a R\$ 460,00 = R\$ 7.360,00)	15.360,00
Contratação de pessoal temporário diretamente vinculado à ação	
Impostos (20% sobre Serviço de terceiros – pessoa física)	12.000,00
Outros: 02 oficinas de trabalho a R\$ 20.000,00 = R\$ 40.000,00 Outras despesas operacionais: R\$ 8.640,00	48.640,00
Total	150.000,00

4. Título da Atividade

Notas técnicas

Objetivo estratégico do Contrato de Gestão: I e III

Justificativa

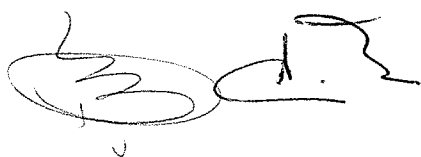
A Atividade se insere nos Planos de Ação do Contrato de Gestão de forma a permitir a realização de notas técnicas em áreas do conhecimento e temas de natureza estratégica que não estejam sendo tratados dentro do escopo de outras atividades ou de subações já pactuadas. Isto facilita a geração de subsídios à tomada de decisão com bastante agilidade, portanto, qualificando este processo dentro dos prazos previsto para tal.

Ementa

Esta atividade compreende a elaboração de Notas Técnicas cujas temáticas são definidas por demandas oriundas do próprio Centro ou do Órgão Supervisor. Correspondem a uma apreciação técnica no contexto dos objetivos do Contrato de Gestão mantido entre o MCTI e o CGEE ou, ainda, a uma abordagem sumária referente a considerações técnicas relativas a algum tema de interesse para o desempenho da missão do Centro. Deverá conter, quando couber e preferencialmente, os seguintes tópicos: (1) título; (2) resumo; (3) conteúdo principal; (4) palavras-chave; e (5) referências bibliográficas. Deve ser apresentada em texto corrido, podendo conter tabelas ou figuras. Na medida do possível e em função da temática abordada, o texto não deve ser inferior a cinco ou muito superior a vinte páginas.

Orçamento Estimativo

Item	Valor (R\$)
Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	135.600,00
Serviços de Terceiros – Pessoa Física	80.000,00



Passagens e Diárias (20 passagens a R\$ 1.500,00 = R\$ 30.000,00 e 40 diárias a R\$ 460,00 = R\$18.400,00)	48.400,00
Impostos (20% sobre o valor de serviços de terceiros – pessoa física)	16.000,00
Outros: 04 oficinas de trabalho a R\$ 5.000,00 = R\$ 20.000,00	20.000,00
Total	300.000,00

5. Título da Atividade

Reuniões de Especialistas

Objetivo estratégico do Contrato de Gestão: III

Justificativa

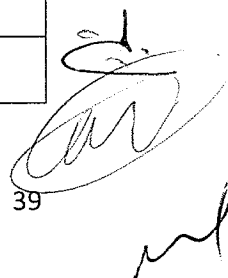
A Atividade se insere nos Planos de Ação do Contrato de Gestão de forma a permitir a realização de reuniões de especialistas em áreas do conhecimento e temas de natureza estratégica que não estejam sendo tratados dentro do escopo de outras atividades ou de subações já pactuadas. Isto facilita a geração de subsídios à tomada de decisão com bastante agilidade, portanto, qualificando este processo dentro dos prazos previsto para tal.

Ementa

O CGEE conta com grande capacidade e agilidade para organizar reuniões de especialistas em temas candentes, de forma a gerar subsídios à tomada de decisão dentro dos prazos em que estes são requeridos. O procedimento adotado para tal, envolve a formalização - por parte do MCTI ou de outras instituições do SNCTI, por meio deste Ministério - de solicitação ao CGEE de tais reuniões indicando o tema a ser abordado, a data e, quando possível, nomes de eventuais participantes. Se solicitado, o CGEE poderá registrar os resultados das reuniões de especialistas por meio de gravação e produção de ajudas à memória.

Orçamento Estimativo

Item	Valor (R\$)
Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	0,00
Serviços de Terceiros – Pessoa Física	0,00
Passagens e Diárias (80 passagens a R\$ 1.500,00 = R\$ 120.000,00 e 200 diárias a R\$ 460,00 = R\$ 92.000,00)	212.000,00
Impostos (20% sobre o valor de serviços de terceiros – pessoa física)	


 39

Outros:	88.000,00
Organização de 04 reuniões de especialistas a R\$ 20.000,00 = R\$ 80.000,00	
Outras despesas operacionais = R\$ 8.000,00	
Total	300.000,00

6. Título da Atividade

Desenvolvimento e atualização de plataformas eletrônicas em CT&I

Objetivo estratégico do Contrato de Gestão: III

Justificativa

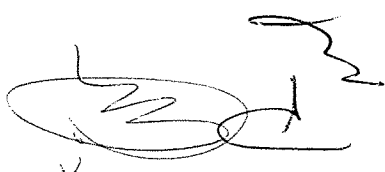
A inclusão dessa Atividade no conjunto de ações do Contrato de Gestão surge a partir do reconhecimento pela direção do Centro de que o desenvolvimento do CGEE passa pela sua capacidade de rápida reação a demandas, em parte representada pela necessidade de elaboração de plataformas eletrônicas em CT&I, como instrumentos para o aprimoramento e modernização dos processos de governança em ciência, tecnologia e inovação. Em particular, a proposta da direção do Centro vai encontro ao reconhecimento de que a inovação é um processo social complexo e cuja eficiência pode ser ampliada na medida em que se promova, por meios eletrônicos com emprego de tecnologias modernas, o acesso transparente à informação e a interação entre atores chave dos meios empresarial, acadêmico e governamental. Esta atividade persegue dois alvos estratégicos: (1) Apoiar o desenvolvimento e evolução de plataformas eletrônicas de interesse para o SNCTI; e (2) Consolidação de uma arquitetura de Gestão de Informação (GI) baseada em serviços. O segundo alvo refere-se a avanços a serem feitos a partir de demandas internas e externas.

6.1 Título do Projeto

Portal Inovação

Ementa

O Portal Inovação é uma ferramenta eletrônica criada em 2004 pelo CGEE para facilitar a promoção da inovação por meio da interação entre os diferentes atores do SNCTI. Com vistas a ampliar suas fontes de informação e atingir novos públicos de usuários, é fundamental o estabelecimento de parcerias e aprimoramentos tecnológicos, para que possa continuar prestando, de forma efetiva, apoio ao SNCTI. Tem como objetivo geral fornecer ao SNCTI um ambiente virtual de acesso a informações com vistas a fornecer insumos para a tomada de decisão estratégica, bem como possibilitar, por meio de um espaço virtual de interação, a geração de conhecimento e a realização de negócios cooperativos para a inovação. Em 2014, o Portal Inovação pretende desenvolver aprimoramentos tecnológicos e conceituais no Portal Inovação, em especial no âmbito do Sistema SIBRATEC; e promover iniciativas



na busca pela ampliação das fontes de informação do Portal Inovação, em especial as fontes sobre patentes no Brasil a partir das bases do INPI.

Ao longo de 2013, foram realizadas manutenções corretivas e adaptativas no Portal Inovação e seus recortes, e finalizado o processo de recebimento e tratamento das informações advindas do preenchimento do Survey pelos usuários do sistema SIBRATEC. Ademais, identificou-se, junto ao MCTI, a necessidade de melhorias no sistema SIBRATEC, que deverão ser detalhadas a fim de possibilitar incrementos na ferramenta ao longo de 2014.

Estão previstas as seguintes principais atividades no âmbito deste projeto em 2014: (a) manutenções de natureza corretiva, adaptativa e evolutiva no âmbito do componente de Serviços Tecnológicos do Sistema SIBRATEC no Portal Inovação; (b) revisão da especificação dos requisitos e desenvolvimento do Survey para o componente de Extensão Tecnológica do Sistema SIBRATEC no Portal Inovação; (c) mapeamento e estabelecimento de acordos institucionais para a integração e a atualização das bases de informação do Portal Inovação; (d) atualização da base de Patentes do INPI no Portal Inovação; e (f) produção de relatórios das atividades de manutenção no Portal Inovação e seus recortes. Integração dos Sistemas de Informações Gerenciais do CGEE

6.2 Título do Projeto:

Plataformas Eletrônicas SNCTI (Aquarius)

Ementa

A crescente preocupação com o uso eficiente dos recursos públicos tem resultado em iniciativas voltadas para um controle mais efetivo de seu uso. Embora esses recursos representem uma parcela menor no orçamento relativamente às despesas com pessoal, o bom gerenciamento e aplicação daqueles contribui para uma maior eficiência dos serviços prestados por organizações governamentais. Assim, o desenvolvimento e evolução das plataformas eletrônicas constituem-se em ferramentas imprescindíveis para uma melhor aplicação dos recursos públicos.

Este projeto tem, portanto, o objetivo geral de desenvolver e atualizar as plataformas eletrônicas em CT&I, de acordo com demandas do MCTI. Tem como objetivos específicos: a) substituir a ISEKP por ferramentas de software livre; b) elaborar contrato de manutenção dos painéis de conhecimento; c) desenvolver o processo de automação da Lei de Acesso à Informação; d) elaborar os contratos manutenção corretiva e adaptativa dos processos da Lei de Informática, Compras Governamentais e de Lei de Acesso à Informação.

O objetivo geral do projeto será alcançado mediante a especificação de serviços técnicos profissionais por parte da equipe da Unidade de Projetos do CGEE, com vistas à contratação de empresas terceirizadas. A gestão dos contratos firmados, por parte do CGEE, se dará de acordo com as melhores práticas de gerenciamento de projetos, constantes no PMBOK (*Project Management Body of Knowledge*). Ao final de 2014 pretende-se concluir os seguintes produtos: (a) versão do software dos painéis de conhecimento da plataforma Aquarius sem a ISEKP; (b) contrato de manutenção corretiva e adaptativa dos painéis de conhecimento elaborado e assinado; (c) primeira versão do software do Processo de Lei de Acesso à Informação desenvolvida; (d)

contrato de manutenção adaptativa e corretiva do processo de compras governamentais elaborado e assinado; e (d) contrato de manutenção adaptativa e corretiva dos processos da Lei de Informática elaborado.

6.3 Título do Projeto

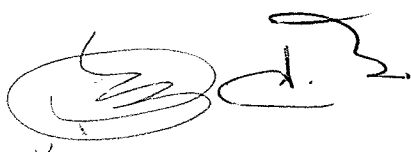
Integração dos Sistemas de Informações Gerenciais do CGEE

Ementa

O objetivo geral deste projeto é o de estabelecer níveis de comunicação entre os diversos setores do Centro, de forma organizada e sistematizada, em um único repositório que, ao final de um determinado período, permita gerar relatórios gerenciais para a prestação de contas aos órgãos de controle e ao Órgão Supervisor (MCTI). Isto permitirá consolidar, ao final de 2015, uma arquitetura de gestão da informação baseada em serviços oferecidos ao CGEE. Tem como objetivo específico criar uma interface rápida, confiável e compatível com os sistemas a serem integrados, ou seja, desenvolver um ambiente de comunicação que permita aos diversos sistemas do CGEE trocar dados de forma eficaz e que atenda a necessidade crescente dos processos internos. A missão deste sistema integrado é a de prover visões operacional e gerencial relativas aos estudos prospectivos, avaliações e projetos de gestão da informação conduzidos pelo CGEE, constituindo, também, um modelo integrado de dados e informações do CGEE para apoio a decisões estratégicas. O Sistema Integrado manifesta, em sua primeira versão oriunda do trabalho já realizado os seguintes objetivos: (1) Integração de sistemas, evitando-se a redundância de entrada de dados; (2) Produção de relatórios gerenciais de acompanhamento de naturezas distintas; (3) Apoio à construção de Relatórios de Gestão do Centro, inclusive aqueles a serem entregues para o Órgão Supervisor; (4) Integração com o sistema Contábil e Financeiro utilizado pelo Centro para implementar a gestão de orçamentária e financeira em nível de atividade/subação/ação/linha de ação; (5) Integração com informações contidas em cadastros de especialistas e instituições; (6) Definição de Diretrizes do PMO (*Project Management Office*) e sua estruturação no que se refere a processos de trabalho e ferramentas, considerando os instrumentos informatizados já utilizados no Centro; e (7) Processo de gestão da carteira de projetos (observando integração com o Sistema de Acompanhamento de Ações)

O impacto positivo da integração dos sistemas diz respeito à internalização da metodologia SCRUM e seu ferramental como novo conhecimento para o desenvolvimento de plataformas eletrônicas. O SCRUM é um referencial de trabalho para desenvolvimento ágil, aplicado à construção de software, e passa a fazer parte do conjunto de tecnologias utilizadas pelo CGEE.

No início de 2014, este projeto estará concentrado na capacitação da equipe interna em metodologia de desenvolvimento de software baseada em métodos ágeis. A seguir, focará na preparação de protótipos de Relatório de Gestão e de Quadro Síntese do Atingimento de Metas e Recomendações dos Órgãos de Controle, partes do desenvolvimento do processo de modernização. A evolução dos trabalhos de integração dos atuais sistemas de Acompanhamento das Ações, de Informações de Contratos e de Relatórios Gerenciais permitirá conferir maior eficiência à gestão das operações rotineiras do CGEE, assim como na disponibilização de um conjunto maior de informações para a gestão do Centro.



Pretende-se, ainda em 2014, demonstrar a capacidade deste sistema em se tornar um instrumento de trabalho para os colaboradores nos diversos níveis de decisão e operação do Centro. Adicionalmente, com a constituição do PMO, será possível uma gestão integrada de projetos que possibilitará o conhecimento sobre a capacidade institucional e a escolha estratégica de ação que torne o processo decisório mais ágil e mais confiável.

6.4 Título do Projeto :

Memória Organizacional

Ementa

O progressivo desenvolvimento institucional do Centro prioriza, nesse momento, a implantação de sua memória organizacional, visando dotá-lo de uma solução metodológica e tecnológica de gestão do conhecimento organizacional. Este tipo de gestão busca enfrentar e apontar soluções para os entraves que se colocam para o aumento da produtividade e do desempenho, particularmente em organizações baseadas em conhecimento. Dentre estes, destacam-se: (1) a maioria dos membros da equipe técnica perde muito do seu tempo a procurar a informação de que necessita; (2) o saber fazer essencial está apenas disponível na mente de algumas pessoas; (3) informação valiosa está dissimulada em imensos conjuntos de dados e documentos, caracterizando uma *overdose* de informação; e (4) erros são repetidos devido à não consideração de experiências anteriores. Nesse sentido, a construção de uma Memória Organizacional se justifica pelos seguintes motivos: (1) minimiza a perda de inteligência corporativa (ou capital intelectual) quando um especialista deixa a organização; (2) explora e reutiliza a experiência adquirida em projetos passados para evitar a repetição de erros; (3) melhora a circulação e comunicação da informação na organização; (4) integra o *saber fazer* a partir de diferentes partes da organização; e (5) melhora o processo de aprendizagem individual e organizacional.

Assim, o objetivo geral deste projeto é o de capacitar o CGEE no armazenamento e recuperação de informações de estudos estratégicos, para apoiar a excelência institucional na gestão da informação e do conhecimento, assim como na prestação de serviços de alta qualidade para o SNCTI. Tem como objetivos específicos: (1) definir um modelo conceitual de memória organizacional para o CGEE para apoiar tarefas intensivas em conhecimento; (2) definir método para representação do conhecimento organizacional para subsidiar a indexação, o armazenamento e a recuperação de informações; (3) selecionar e contratar solução tecnológica para implantação da memória organizacional do CGEE; (4) definir método para automatizar a coleta, a análise e a disseminação seletiva de informações; (5) selecionar e contratar solução para automatizar a coleta, a análise e a disseminação seletiva de informações; e (6) definir modelo conceitual de Aprendizagem Organizacional que capacite o CGEE a identificar e armazenar conhecimento resultante de experiências individuais e organizacionais, e a adequar sua atuação de acordo com estímulos do SNCTI. Em 2014, prevê-se a contratação de consultoria para desenvolver uma metodologia e definir uma solução tecnológica para a elaboração e a implantação de um vocabulário controlado para o CGEE. A metodologia empregada no desenvolvimento da Memória Organizacional prevê a condução de três subprojetos, a saber: Subprojeto I – representação do conhecimento temático do CGEE, com o objetivo de se obter

competência metodológica e tecnológica na representação do conhecimento, particularmente com a definição e construção de um vocabulário controlado para o CGEE; Subprojeto II – indexação, armazenamento e recuperação de informações – o objetivo é selecionar e contratar uma solução de (*Enterprise Information Management -EIM*) para implantar um ambiente que permita a indexação, o armazenamento e a recuperação de informações produzidas em todo o processo de desenvolvimento de estudos estratégicos, além de informações oriundas de fontes externas; e Subprojeto III - automatização da coleta, análise e disseminação seletiva de informações – o objetivo é automatizar o processo de coleta, análise e disseminação de informações para atender as necessidades do público interno em suas tarefas intensivas em conhecimento. Este último subprojeto está planejado para ser executado em 2015. Importante destacar que a proposta de Memória Organizacional é aderente à Arquitetura da Informação definida para o CGEE, parte de projeto desenvolvido em outra Atividade do CGEE (Competências Metodológicas).

Em 2014 prevê-se a entrega dos seguintes produtos: (1) metodologia para desenvolvimento de um vocabulário controlado para o CGEE; (2) primeira versão do Vocabulário Controlado do CGEE; e (3) versão preliminar da Memória Organizacional para a indexação, o armazenamento e a recuperação de informações.

Orçamento Estimativo

Item	Valor (R\$)
Serviços de terceiros – pessoa jurídica	1.000.000,00
Serviços de terceiros – pessoa física	200.000,00
Passagens e Diárias (40 passagens nacionais a R\$ 1.500,00 = R\$ 60.000,00 e 80 diárias a R\$ 460,00 = R\$ 36.800,00)	96.800,00
Contratação de pessoal temporário diretamente vinculado à ação	
Impostos (20% sobre Serviço de terceiros – pessoa física)	40.000,00
Outros: 03 oficinas de trabalho a R\$ 20.000,00 = R\$ 60.000,00 Outras despesas operacionais: R\$ 3.200,00	63.200,00
Total	1.400.000,00

7. Título da Atividade

Produção e disseminação de informação

Objetivo estratégico do Contrato de Gestão - III

Justificativa

Esta Atividade, de caráter permanente, visa apoiar a edição, impressão e distribuição de publicações derivadas de estudos realizados pelo CGEE no âmbito do Contrato de



Gestão, de forma a facilitar a internalização dos resultados obtidos junto a interessados e tomadores de decisão. Justifica-se, ainda, pela carência de estudos publicados na língua portuguesa, seja no que diz respeito a abordagens metodológicas utilizadas em prospecção, avaliação estratégica e gestão da informação e do conhecimento ou sobre temas estratégicos relevantes para o futuro da ciência, da tecnologia e da inovação no País.

Na execução de cada Plano de Ação, a diretoria do Centro identifica um conjunto mínimo de publicações a serem produzidas, de forma a disseminar informações relevantes contidas nos estudos recentes realizados pelo CGEE. Para isso, o CGEE conta com uma equipe que envolve profissionais especializados nos temas tratados, editores, *designers*, diagramadores. Quando necessário, o CGEE contrata revisores e tradutores de forma a manter a qualidade reconhecida das suas publicações. Os públicos-alvo destinatários das publicações do Centro são selecionados a partir de mala direta contendo nomes e endereços de uma ampla gama de interessados na academia, no meio empresarial e nas instituições governamental. O alvo estratégico é divulgar as informações e o conhecimento produzido pelo Centro em públicos alvo selecionados.

7.1. Título do Projeto

Reformulação dos processos de divulgação dos estudos do CGEE

Ementa

Este projeto tem por objetivo estabelecer estratégias para identificação dos conteúdos, produção, divulgação e periodicidade das publicações do Centro, ampliando a visibilidade das ações da instituição e atendendo ao objetivo de divulgar à sociedade informações, experiências e projetos que possam subsidiar a tomada de decisão em temas de CT&I. Para tanto, a abordagem metodológica, definida em janeiro de 2014, prevê a criação e o estabelecimento de diretrizes, processos e procedimentos que permitam definir prazos e rotinas e seu alinhamento com a estratégia de comunicação institucional, a serem executados ao longo deste ano. A previsão é que até dezembro de 2014 esteja implantado o processo operacional de produção das publicações, a ferramenta para controle de acessos e download das publicações, bem como a edição e a publicação das publicações segunda a meta estabelecida para o ano.

Em adição ao objetivo anteriormente mencionado, este projeto visa também: (1) elaborar o processo de planejamento da Revista Parcerias Estratégicas (RPE) como ferramenta para aprimoramento do meio de comunicação do CGEE. O plano de trabalho da RPE irá definir a metodologia a ser adotada para estabelecer uma estratégia de comunicação da Revista – e os processos relacionados - que considere a linguagem, os formatos e os meios de divulgação condizentes com o público-alvo a que se destinam (atuais e futuros). Neste sentido, a previsão para dezembro de 2014 é: a entrega de um Plano de ação editorial da RPE, contendo diretrizes, normas e procedimentos; o estabelecimento de um novo Conselho Editorial; e a publicação de duas edições (nº 38 e nº 39) da RPE; e (2) desenvolver e implementar o novo site institucional do CGEE, visando apresentar de forma clara, objetiva e atrativa todos os

produtos oferecidos pelo CGEE para a sociedade. A abordagem metodológica prevê inicialmente o levantamento dos requisitos do software e posteriormente a definição do Sistema de Gerenciamento de Conteúdo (CMS). Tendo em mente as diretrizes da Arquitetura da informação, serão considerados a narrativa de processos do usuário, o levantamento dos requisitos do site e o *wireframe* do site. Posteriormente, serão verificadas as alternativas de layout, a etapa de validação, os ajustes finais e o lançamento do primeiro piloto, previsto para dezembro de 2014. O produto final previsto será o novo site implementado dentro de plataforma que integre ferramentas de gestão da informação selecionadas.

Orçamento Estimativo da Atividade

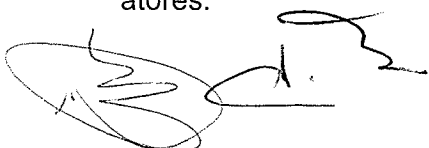
Item	Valor (R\$)
Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	300.000,00
Serviços de Terceiros – Pessoa Física	150.000,00
Passagens e Diárias (30 passagens nacionais a R\$ 1.500,00 = R\$ 45.000,00 e 60 diárias a R\$ 460,00 = R\$ 27.600,00)	72.600,00
Impostos (20% sobre o valor de serviços de terceiros – pessoa física)	30.000,00
Outros:	
3 oficinas de trabalho a R\$ 10.000,00 = R\$ 30.000,00	47.400,00
Outras despesas operacionais: R\$ 17.400,00	
Total	600.000,00

8. Título da Atividade

Observatório em Ciência, Tecnologia e Inovação

Justificativa

Esta Atividade tem como objetivo gerar inteligência antecipatória para uma melhor compreensão das transformações futuras relevantes para programas e políticas de Ciência, Tecnologia e Inovação (CTI). Dessa forma, o Observatório CGEE de CTI poderá dar suporte ao delineamento, à implantação e ao monitoramento de políticas brasileiras em CTI, assim como aos aspectos institucionais que compõem o quadro de atores do SNCTI. A atividade tem como alvo estratégico “monitorar sistematicamente tendências em áreas prioritárias da Estratégia Nacional de CTI”. Tendo este alvo em mente, o foco do observatório se dará sobre a avaliação do estágio de maturidade de tecnologias críticas em setores selecionados, tendo o setor espacial como referência para o desenvolvimento dos principais métodos e ferramentas de observação. O quadro de atores do SNCTI (mapa do SNCTI) será trabalhado no sentido de ser capaz de registrar dinâmicas, tais como aquelas ligadas às funções desempenhadas pelos atores.



8.1 Título do Projeto

Observatório de Tecnologias Espaciais (OTE)

Ementa

Em janeiro de 2014 deu-se início ao processo de implantação de um observatório de tecnologias para a área espacial no CGEE que pretende, ainda no seu primeiro trimestre, definir os objetivos e os potenciais clientes dos serviços a serem prestados por este observatório, assim como iniciar as discussões sobre a metodologia de trabalho a ser utilizada. Os objetivos do OTE foram assim definidos: monitorar, tanto no Brasil quanto no mundo, o desenvolvimento e a evolução de tecnologias da área espacial e de tecnologias que tenham potencial de aplicação nesta área; obter informações sobre os processos e as estratégias de desenvolvimento e gerenciamento dessas tecnologias; identificar e analisar tendências, lacunas, oportunidades e sinergias tecnológicas; identificar oportunidades de cooperações nacionais e internacionais e gerar informações estratégicas e dados estatísticos sobre os principais resultados encontrados no processo de monitoramento e análise de tecnologias relevantes para o setor espacial.

Em linhas gerais, a metodologia adotada para a implantação do OTE pode ser resumida nos seguintes passos: levantamento de formas de funcionamento de observatórios tecnológicos no Brasil e no mundo; seleção de formas de funcionamento de observatórios tecnológicos adequadas à área espacial no Brasil; adaptações e testes das formas de funcionamento de observatórios selecionadas à área espacial brasileira; validação do observatório-piloto de tecnologias da área espacial por meio de reuniões com especialistas do setor.

O OTE pretende disponibilizar, em dezembro de 2014, o seu primeiro relatório sobre tecnologias relevantes para o setor espacial, apresentado de acordo com a opção metodológica de seleção e avaliação da maturidade do conjunto de tecnologias críticas priorizadas para observação.

8.2 Título do Projeto

Mapa Dinâmico do SNCTI

Ementa

Em 2010 o Centro de Gestão e Estudos Estratégicos (CGEE) realizou um primeiro mapeamento do sistema nacional de ciência, tecnologia e inovação (SNCTI), compondo, em essência, um quadro de atores selecionados desse sistema, abrangendo atores da academia, governo e setor empresarial. Os méritos desse mapa são evidentes de imediato, na medida em que ali se retrata a dimensão desse Sistema, nomeiam-se atores essenciais e se reflete a alta complexidade já alcançada pela estrutura de CTI no País.

A revisão desse Mapa é, contudo, necessária e oportuna. Para isso concorrem múltiplas razões. A primeira delas está associada ao próprio dinamismo do SNCTI. De fato, ciência, tecnologia e inovação vêm passando por sensíveis mudanças no Brasil, o que demanda uma atualização do quadro, de maneira a produzir um retrato mais fiel

do que é hoje esse sistema no País. Além disso, a experiência de utilização do Mapa atual mostrou ainda que sua funcionalidade poderia ser aperfeiçoada pelo redesenho de sua montagem e de sua apresentação, de forma a facilitar seu manuseio, criar um instrumento informativo de consulta rotineira e captar melhor as interações que o caracterizam. O mapeamento do SNCTI brasileiro deveria, portanto, organizar um quadro das instituições nele envolvidas e fornecer elementos relativos aos procedimentos e funcionamento pertinentes às atividades de ciência, tecnologia e inovação em um país. Outro aspecto a ser eventualmente revisto seria seu caráter estático do atual Mapa, que não permite inferir relações entre os diferentes agentes. Embora não seja fácil captar essa dinâmica e representar adequadamente as interações, valeria a pena iniciar um esforço nessa direção, organizando, por exemplo, os atores de maneira a sinalizar seus diferentes papéis no SNCTI. Nesse sentido, a atualização do mapa do Sistema Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação (SNCTI) do Brasil pode se beneficiar de algumas soluções propostas no plano internacional, mas convida também à incorporação de soluções originais, capazes de refletir com mais fidelidade as características e o momento vivido pelo empreendimento de ciência, tecnologia e inovação no País.

Uma alternativa promissora poderia ser a de se estruturar este Mapa pela aglutinação dos atores por Funções Prioritárias desempenhadas no sistema, de maneira a conferir ao conjunto uma certa organicidade. A seleção dos atores seria realizada a partir do elenco atualizado daqueles que compõem o Quadro produzido em 2010, acrescentando-se os novos agentes (como as entidades mediadoras) cuja presença seja agora considerada pertinente.

O Mapa tem, portanto, o objetivo de apresentar a dinâmica do SNCTI (relações e articulações entre atores nacional e internacionalmente, incluindo a intensidade de tais relações), sua governança e sua eficiência ou robustez para que os atores do sistema sejam capazes de identificar, entre outras, lacunas, obstáculos, excelência e oportunidades de melhoria como, por exemplo, a identificação de atores ausentes ou de funções ausentes ou ainda não assumidas com clareza por determinados atores. A ideia é de que o Mapa possa vir a ser um instrumento gerencial para quem o deseja. O Mapa dinâmico do SNCTI poderá futuramente permitir a comparação com diferentes iniciativas no mundo, além da possibilidade de se conectar com iniciativas globais como a Innovation Policy Platform (OECD/ Banco Mundial) ou a European Research and Innovation Platform (União Europeia, ainda em construção), entre outras. O alcance desses objetivos vai de encontro ao alvo estratégico da atividade Observatório em CTI. Em outras palavras, os objetivos específicos do CGEE acima colocados deverão ser alcançados através do monitoramento sistemático de tendências em áreas prioritárias da ENCTI, ou seja, na própria dinâmica do SNCTI.

A metodologia a ser empregada envolverá os seguintes passos: i) análise a ser realizada por consultoria especializada, em colaboração com os assessores do CGEE para a identificação de funções de sistemas de inovação que são promissoras para estruturar o novo Mapa Dinâmico do SNCTI; ii) oficina inaugural com participantes selecionados do SNCTI que podem atuar como uma espécie de “grupo consultivo” para verificar se é ou não promissora a construção e representação do mapa dinâmico do SNCTI em termos de funções de sistemas de inovação organizadas em distintas camadas, bem como para refinar as funções identificadas inicialmente pelo projeto; iii) desenvolvimento, pelo CGEE, de uma nova proposta de funções de sistemas de



inovação organizadas em distintas camadas que represente de forma mais consistente o SNCTI para debate interno; iv) definição de até cinco (5) notas técnicas ou *position papers* a serem desenvolvidos por consultores externos no intuito de aprofundar aspectos identificados como críticos no SNCTI visando melhorar a nossa compreensão da situação em que determinados temas se encontram no Brasil a partir de uma evolução recente, bem como das principais atividades relacionadas a cada um dos temas selecionados, dos atores que desempenham tais atividades e em relacionamento com quem; v) alocação interna (CGEE) dos atores principais do SNCTI de acordo com as funções que definem o SNCTI, considerando as atividades desempenhadas por tais atores e suas relações; vi) consulta a atores centrais do SNCTI para refinamentos e inclusão de novas informações; vii) oficina com o “grupo consultivo” e atores do SNCTI selecionados para discussão e refinamento das funções que definem o SNCTI, das principais atividades desempenhadas por atores centrais do SNCTI e suas relações; viii) construção das versões eletrônica e impressa do Mapa Dinâmico do SNCTI; e ix) oficina de validação do Mapa Dinâmico do SNCTI.

Orçamento Estimativo da Atividade

Item	Valor (R\$)
Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	400.000,00
Serviços de Terceiros – Pessoa Física	250.000,00
Passagens e Diárias (50 passagens nacionais a R\$ 1.500,00 = R\$ 75.000,00 e 100 diárias a R\$ 460,00 = R\$ 46.000,00)	121.000,00
Impostos (20% sobre o valor de serviços de terceiros – pessoa física)	50.000,00
Outros:	
6 oficinas de trabalho a R\$ 10.000,00 = R\$ 60.000,00	79.000,00
Outras despesas operacionais: R\$ 19.000,00	
Total	900.000,00

9. Título da Atividade

Desenvolvimento de competências e ferramentas em prospecção, avaliação estratégica, gestão da informação e do conhecimento

Objetivo Estratégico do Contrato de Gestão: I

Justificativa

Esta Atividade se justifica pela necessidade de poder contar no CGEE, a qualquer tempo, com equipe técnica capacitada para formular alternativas metodológicas com o uso de métodos e ferramentas, no estado da arte das suas aplicações potenciais em estudos de futuro, de avaliação estratégica de políticas e programas em CTI e de gestão da informação e do conhecimento. Tem, portanto, como alvo estratégico o de

“capacitar o Centro no uso de métodos e ferramentas relacionadas com suas áreas nodais de atuação”, constituindo-se assim em um conjunto de projetos fortemente associados ao desenvolvimento do CGEE como um centro de excelências na sua área de atuação institucional.

9.1 Título do Projeto

Estudos de Futuro

Ementa

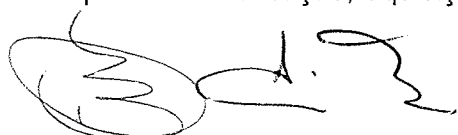
Em essência, os estudos de futuro conduzidos pelo CGEE proporcionam a estruturação de diálogos que fomentem o engajamento, a criatividade e a reflexão (individual e coletiva) na busca de ser usar o futuro para expandir nossa compreensão do presente. Nesse sentido, um número de métodos, ferramentas, instrumentos e técnicas são utilizados com o intuito de melhor antecipar e moldar possíveis desenvolvimentos futuros. Cabe ressaltar que crítico para o sucesso no desenho e implantação de um estudo de futuro é a compreensão da relação entre contexto, conteúdo e enfoque e que a definição do impacto esperado deve ser feita no início, ainda na fase no desenho do estudo. Um número de princípios guiam os estudos de futuro: orientação futura no médio e longo prazos; participação ativa de stakeholders; utilização de evidência combinada com opinião informada, interpretação e enfoques criativos; multidisciplinaridade; coordenação; e orientação à ação. No âmbito desta Atividade o Centro iniciou, em 2013, a desenvolver habilidades centradas no uso de cenários e em uma nova metodologia sendo desenvolvida em cooperação com a UNESCO (Discipline of Anticipation – Futures Literacy), que deverão ser fortalecidas em 2014 juntamente com um conjunto de outras ações, tais como: i) a capacitação de 4 membros do corpo técnico do CGEE em *design thinking* no Chicago Institute of Design (CID); ii) a exploração do uso de ferramentas e métodos quantitativos de suporte à tomada de decisão empregadas pela RAND, com particular interesse em Robust Decision Methods (RDM); iii) a participação no foro de profissionais da World Future Society (WFS); iv) a participação do Comitê Científico e de Direção (Scientific and Steering Committee) da conferência Future-Oriented Technology Analysis (FTA); e v) a colaboração com o projeto europeu International Foresight Academy (IFA) no desenvolvimento e implantação de uma escola de verão a ser realizada no Brasil e na organização de um Seminário Acadêmico a ser realizado na Argentina.

9.2 Título do Projeto

Avaliação Estratégica

Ementa

A avaliação estratégica de projetos, programas e políticas públicas é parte das atividades do CGEE que para bem desempenhar essa tarefa, deve buscar fortalecer as competências existentes e atualizar-se continuamente sobre as práticas e metodologias de avaliação que têm sido desenvolvidas e empregadas no mundo. O objetivo desta atividade é ampliar a competência já existente no Centro, agregando valor aos seus resultados e contribuindo para a criação de um ambiente institucional para a identificação, aquisição, desenvolvimento, testes, validação e incorporação de



novas metodologias e ferramentas de análise quantitativa e qualitativa de apoio a avaliações estratégicas. Um conjunto maior e atualizado de técnicas à disposição também amplia a capacidade do Centro de enfrentar os complexos desafios trazidos pela diversidade do sistema de CTI e de novas possibilidades de oferta de serviços. Este projeto visa fortalecer as competências do CGEE em estudos de avaliação, desenvolvendo e validando fundamentos, metodologias e ferramentas de avaliação estratégica de grandes projetos, programas e políticas públicas, ampliando a capacidade de oferta de serviços do Centro e auxiliando o embasamento metodológico das suas demais atividades e ações. O projeto iniciou atividades em janeiro de 2014 consolidando algumas ferramentas de software desenvolvidas no contexto de subações anteriormente em andamento no Centro e testando-as em atividades e subações diversas das originais para realizar as devidas adaptações. As metodologias de desenvolvimento ou adaptação de métodos e ferramentas em avaliação serão adequadas a cada etapa do processo de implementação das ações prestas nesta Atividade que compreende, dependendo do objetivo específico: a) explorar e identificar ferramentas e métodos, b) adquirir ou desenvolver ferramentas, c) adaptar e testar a ferramenta ou método, d) validar e incorporar a ferramenta ou método e e) disseminar a ferramenta ou método no ambiente interno, com a devida capacitação para o seu uso.

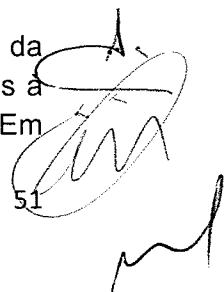
9.3 Título do Projeto

Consolidação de uma arquitetura de Gestão da Informação (GI) baseada em serviços

Ementa

No contexto da fragmentação e descentralização da informação que caracteriza o cenário atual de atuação das organizações, a gestão da informação assume papel fundamental para as abordagens metodológicas de construção de conhecimento advindo da articulação entre agentes de um sistema, tal como o Sistema Nacional de CT&I, e implementação de inteligência organizacional e estratégica. Central à gestão da informação está o problema da configuração de um espaço de informação. Esse espaço constitui-se da identificação e análise de informação relevante à instituição, dos mecanismos para internalização e tratamento de dados, para construção de significação, e para geração e comunicação de informação. Uma arquitetura da informação, como elemento central de uma carteira de projetos de gestão da informação se mostra fundamental para que uma instituição tenha efetividade e alcance excelência em um ambiente de alta complexidade com elevada fragmentação da informação, característica do ambiente em que se encontra inserido o CGEE. Além disso, uma arquitetura da informação promove o tratamento consistente das seguintes questões relativas à gestão de informação e geração de conhecimento no Centro, ao considerar (1) os problemas causados pela existência de silos de informação; (2) o tratamento ad-hoc de fontes de dados; (3) o suporte à memória organizacional (MO); (4) a retenção de conhecimento gerado por consultores, em detrimento à retenção por parte dos técnicos do CGEE; e (5) a falta de integração entre ações internas do cgee que envolvem gestão da informação.

A iniciativa de implantação de Arquitetura da Informação do CGEE advém da integração de diversos projetos realizadas no período de 2012 e 2013, subjacentes à atividade de Desenvolvimento e atualização de plataformas eletrônicas em CT&I. Em


51

janeiro de 2014 o CGEE já contava com uma proposição inicial do modelo de arquitetura da informação e versão inicial de Catálogo de Recursos de Informação. Além disso, soluções previstas para implementação da Memória Organizacional (MO), expresso em termo de referência para Vocabulário Controlado e Plataforma de MO estabeleciam referencial para representação de conhecimento temático e instrumentação para as equipes internas e usuários no tratamento ágil e eficiente de dados não estruturados e recuperação de informação.

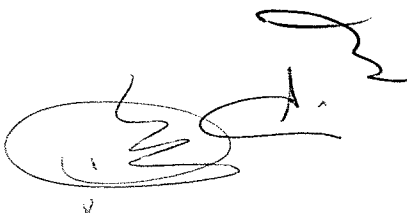
Este projeto pretende, em 2014, construir as estruturas organizacionais fundamentais de organização e tratamento de dados e informações, na forma de uma arquitetura de informação para o CGEE, para subsidiar a excelência institucional na gestão da informação e do conhecimento, assim como na prestação de serviços de alta qualidade para o SNCTI. Tem, ainda, os seguintes objetivos específicos: (1) organização do funcionamento da arquitetura; e (2) definição do modelo de conteúdo da arquitetura.

A metodologia a ser seguida na construção da Arquitetura da Informação do CGEE deverá contemplar as seguintes etapas: (1) definição de diretrizes, requisitos e alternativas de trabalho; (2) construção do modelo de conteúdo da Arquitetura da Informação do CGEE; e (3) organização do funcionamento.

Ao final do ano, pretende-se ter concluídos os seguintes produtos: (1) catálogo de recursos de informação – 2ª versão; (2) relatório de alternativas e diretrizes para implementação da Arquitetura da Informação do CGEE; e (3) documento de Diretrizes para a Arquitetura da Informação do CGEE.

Orçamento Estimativo da Atividade

Item	Valor (R\$)
Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	1.000.000,00
Serviços de Terceiros – Pessoa Física	300.000,00
Passagens e Diárias (60 passagens nacionais a R\$ 1.500,00 = R\$ 90.000,00 e 120 diárias a R\$ 460,00 = R\$ 52.200,00)	145.200,00
Impostos (20% sobre o valor de serviços de terceiros – pessoa física)	60.000,00
Outros:	
7 oficinas de trabalho a R\$ 10.000,00 = R\$ 70.000,00	94.800,00
Outras despesas operacionais: R\$ 24.800,00	
Total	1.600.000,00



Anexo VI
PLANILHA DETALHADA DE CUSTOS ESTIMADOS

AÇÕES/SUBAÇÕES/ATIVIDADES	VALORES (R\$)						
	SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	DIÁRIAS E PASSAGENS	CONTRATAÇÃO DE PESSOAL TEMPORÁRIO DIRETAMENTE VINCULADO À AÇÃO/SUBAÇÃO	IMPOSTOS	OUTROS	TOTAL
Evolução da capacidade de inovação das grandes empresas brasileiras de capital nacional							
Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	350.000,00						
Serviços de Terceiros - Pessoa Física		300.000,00					
Diárias e Passagens			121.000,00				
Contratação de Pessoal Temporário Diretamente VINCULADO à Ação				0,00			
Impostos					60.000,00		
Outros						169.000,00	
Subtotal	350.000,00	300.000,00	121.000,00	0,00	60.000,00	169.000,00	1.000.000,00
Sistema produtivo e inovativo de Carnaval							
Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	160.000,00						
Serviços de Terceiros - Pessoa Física		0,00					
Diárias e Passagens			15.580,00				
Contratação de Pessoal Temporário Diretamente VINCULADO à Ação				0,00			
Impostos					0,00		
Outros						24.320,00	
Subtotal	160.000,00	0,00	15.580,00	0,00	0,00	24.320,00	200.000,00
Mapeamento da capacidade brasileira na produção de software livre							
Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	286.000,00						
Serviços de Terceiros - Pessoa Física		180.000,00					
Diárias e Passagens			98.000,00				
Contratação de Pessoal Temporário Diretamente VINCULADO à Ação				0,00			
Impostos					36.000,00		
Outros						200.000,00	
Subtotal	286.000,00	180.000,00	98.000,00	0,00	36.000,00	200.000,00	800.000,00
Acumulação de competências na indústria farmacêutica brasileira							
Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	150.000,00						
Serviços de Terceiros - Pessoa Física		100.000,00					
Diárias e Passagens			29.040,00				
Contratação de Pessoal Temporário Diretamente VINCULADO à Ação				0,00			
Impostos					20.000,00		
Outros						50.960,00	
Subtotal	150.000,00	100.000,00	29.040,00	0,00	20.000,00	50.960,00	350.000,00
Estratégia de ação para o tema "Cidades Sustentáveis"							
Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	71.800,00						
Serviços de Terceiros - Pessoa Física		120.000,00					
Diárias e Passagens			24.200,00				
Contratação de Pessoal Temporário Diretamente VINCULADO à Ação				0,00			
Impostos					24.000,00		
Outros						60.000,00	
Subtotal	71.800,00	120.000,00	24.200,00	0,00	24.000,00	60.000,00	300.000,00
Subsídios para a ENCTI 2016 - 2020							
Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	288.000,00						
Serviços de Terceiros - Pessoa Física		172.800,00					
Diárias e Passagens			230.400,00				
Contratação de Pessoal Temporário Diretamente VINCULADO à Ação				144.000,00			
Impostos					34.560,00		
Outros						130.240,00	
Subtotal	288.000,00	172.800,00	230.400,00	144.000,00	34.560,00	130.240,00	1.000.000,00
CTI para o desenvolvimento social							
Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	200.000,00						
Serviços de Terceiros - Pessoa Física		50.000,00					
Diárias e Passagens			29.040,00				
Contratação de Pessoal Temporário Diretamente VINCULADO à Ação				0,00			
Impostos					10.000,00		
Outros						60.960,00	
Subtotal	200.000,00	50.000,00	29.040,00	0,00	10.000,00	60.960,00	350.000,00
Modelo de avaliação do FNDCT							
Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	600.000,00						
Serviços de Terceiros - Pessoa Física		100.000,00					
Diárias e Passagens			131.400,00				
Contratação de Pessoal Temporário Diretamente VINCULADO à Ação				120.000,00			
Impostos					20.000,00		
Outros						28.600,00	

Balanco dos 10 anos do programa "Melhoria de Processo do Software Brasileiro"										
Subtotal	600.000,00	100.000,00	131.400,00	120.000,00	20.000,00	28.600,00	1.000.000,00			
Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	14.000,00	60.000,00								
Diárias e Passagens			15.360,00	0,00						
Contratação de Pessoal Temporário Diretamente Vinculado à Ação						12.000,00				
Impostos								48.640,00		150.000,00
Outros	14.000,00	60.000,00	15.360,00	0,00	12.000,00	48.640,00				
Subtotal	14.000,00	60.000,00	15.360,00	0,00	12.000,00	48.640,00				150.000,00
Apoio ao Programa Nacional de Ciência (Plataformas de Conhecimento)										
Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	900.000,00	800.000,00								
Diárias e Passagens			193.600,00	0,00						
Contratação de Pessoal Temporário Diretamente Vinculado à Ação										
Impostos										
Outros	900.000,00	800.000,00	193.600,00	0,00	180.000,00	446.400,00				2.500.000,00
Subtotal	900.000,00	800.000,00	193.600,00	0,00	180.000,00	446.400,00				2.500.000,00
Avaliação dos INCTs - Etapa IV										
Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	160.000,00	120.000,00								
Diárias e Passagens			48.400,00	0,00						
Contratação de Pessoal Temporário Diretamente Vinculado à Ação										
Impostos										
Outros	160.000,00	120.000,00	48.400,00	0,00	24.000,00	47.600,00				400.000,00
Subtotal	160.000,00	120.000,00	48.400,00	0,00	24.000,00	47.600,00				400.000,00
Impactos potenciais do marco regulatório associado ao Patrimônio Genético Nacional (Subação continuada - Aportes Adicionais)										
Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	79.000,00	20.000,00								
Diárias e Passagens			72.600,00	0,00						
Contratação de Pessoal Temporário Diretamente Vinculado à Ação										
Impostos										
Outros	79.000,00	20.000,00	72.600,00	0,00	8.000,00	20.400,00				200.000,00
Subtotal	79.000,00	20.000,00	72.600,00	0,00	8.000,00	20.400,00				200.000,00
Novo abordagem para o Sistema Nacional de Pesquisa Agropecuária										
Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	400.000,00	250.000,00								
Diárias e Passagens			188.400,00	0,00						
Contratação de Pessoal Temporário Diretamente Vinculado à Ação										
Impostos										
Outros	400.000,00	250.000,00	188.400,00	0,00	50.000,00	189.360,00				1.000.000,00
Subtotal	400.000,00	250.000,00	188.400,00	0,00	50.000,00	189.360,00				1.000.000,00
Modelos Institucionais para a gestão em CTI										
Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	290.000,00	350.000,00								
Diárias e Passagens			168.400,00	0,00						
Contratação de Pessoal Temporário Diretamente Vinculado à Ação										
Impostos										
Outros	290.000,00	350.000,00	168.400,00	0,00	70.000,00	121.600,00				1.000.000,00
Subtotal	290.000,00	350.000,00	168.400,00	0,00	70.000,00	121.600,00				1.000.000,00
Integração Latino Americana, parcerias estratégicas em CTI - Etapa II (Subação continuada - Aportes Adicionais)										
Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	145.000,00	80.000,00								
Diárias e Passagens			166.220,00	0,00						
Contratação de Pessoal Temporário Diretamente Vinculado à Ação										
Impostos										
Outros	145.000,00	80.000,00	166.220,00	0,00	16.000,00	42.780,00				450.000,00
Subtotal	145.000,00	80.000,00	166.220,00	0,00	16.000,00	42.780,00				450.000,00
Agenda de cooperação em CTI com os BRICS										
Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	12.000,00	20.000,00								
Diárias e Passagens			134.000,00	0,00						
Contratação de Pessoal Temporário Diretamente Vinculado à Ação										
Impostos										
Outros	12.000,00	20.000,00	134.000,00	0,00	4.000,00	30.000,00				200.000,00
Subtotal	12.000,00	20.000,00	134.000,00	0,00	4.000,00	30.000,00				200.000,00
Clãncia, Tecnologia e Inovação para o desenvolvimento sustentável do Semi-Árido do Brasil										
Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	79.000,00	80.000,00								
Diárias e Passagens			165.000,00	0,00						
Contratação de Pessoal Temporário Diretamente Vinculado à Ação										
Impostos										
Outros	79.000,00	80.000,00	165.000,00	0,00	16.000,00	60.000,00				400.000,00
Subtotal	79.000,00	80.000,00	165.000,00	0,00	16.000,00	60.000,00				400.000,00
Atividade - Indicadores de Inovação										
Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	174.000,00	80.000,00								
Diárias e Passagens			151.760,00	0,00						
Contratação de Pessoal Temporário Diretamente Vinculado à Ação										
Impostos										
Outros	174.000,00	80.000,00	151.760,00	0,00	16.000,00	60.000,00				400.000,00
Subtotal	174.000,00	80.000,00	151.760,00	0,00	16.000,00	60.000,00				400.000,00

Oitavo Termo Aditivo ao Contrato de Gestão CGEE / MCTI / FINEP

PERÍODO 2010 /2016

ANEXO VII

**Demonstrativo dos valores a serem repactuados no
8º Termo Aditivo ao Contrato de Gestão**

REINCORPORAÇÃO AOS SALDOS DO CONTRATO DE GESTÃO

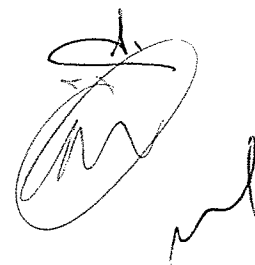
Referência	Descrição	Valor (R\$)
Processo TC 02.908/2010-2 (Apartado do Processo do - 020.452/2008-1 - MCTI)	Reincorporação – item 9.2.1 – Acórdão 1.509/2012 e subsequentes (5.919/2013 e 7031/2013)	128.218,28
Valores identificados em Balanço Anual*	Depreciação e amortização de bens	2.964.809,96
TOTAL		3.093.028,24

* Descrição de valores com depreciação e amortização

Exercício	Valor Apropriado
2002	--
2003	34.455,75
2004	81.265,23
2005	179.545,41
2006	240.250,57
2007**	269.185,79
2008	286.502,33
2009	294.661,72
2010	232.225,40
2011	217.305,78
2012	518.118,85
2013	611.293,13
Total	2.964.809,96

Os valores apresentados são identificados ano a ano em cada Balanço Anual nas demonstrações contábeis.

** Acórdãos TCU 1509/2012; 5919/2013 e 7031/2013.



Oitavo Termo Aditivo ao Contrato de Gestão CGEE/MCTI/FINEP

PERÍODO 2010 /2016

ANEXO VIII

NOTA EXPLICATIVA SOBRE ALTERAÇÕES NOS ORÇAMENTOS ESTIMATIVOS

1. Título da Subação

Evolução da capacidade de inovação das grandes empresas brasileiras de capital nacional

Planejou-se inicialmente restringir a escolha das empresas objeto dos estudos de caso a um dos setores pré-selecionados. O novo orçamento estimativo apresentado inclui recursos que comportam a ampliação do escopo do trabalho para incluir empresas de pelo menos três setores, ampliando dessa forma o número de empresas e de produtos correspondentes.

3. Título da Subação

Mapeamento da capacidade brasileira na produção de software livre

Planejou-se inicialmente realizar um mapeamento agregada das competências desenvolvidas nas principais modalidades de software, mas optou-se finalmente por acrescentar ao estudo uma análise mais detalhada para as principais modalidades de software (para uso empresarial e para entretenimento) e para os principais grupos desenvolvedores (empresas, ICTs, profissionais liberais) em pelo menos três localizações diferentes do país. Dessa forma o novo orçamento estimativo apresentado inclui recursos que comportam realização de oficinas temáticas que ampliam o escopo do trabalho e o número de produtos.

7. Título da Subação

Apoio ao Programa Nacional de Ciência (Plataformas de Conhecimento)

Planejava-se inicialmente restringir o escopo da subação à especificação dos instrumentos de gestão, monitoramento e avaliação adequados aos objetivos do Programa. Partia-se da premissa de que o CGEE não participaria da definição inicial de quais seriam as demandas de conhecimento em torno das quais as Plataformas deverão ser estruturadas, dos principais atores potencialmente envolvidos e das competências já acumuladas no País. Estabeleceu-se posteriormente que o CGEE

apoie os trabalhos dos Comitês de Assessoramento das Plataformas. Dessa forma, o novo orçamento estimativo apresentado comporta os recursos necessários para que o CGEE possa detalhar e avaliar os problemas tecnológicos a serem enfrentados pelas Plataformas nas áreas preestabelecidas pelo Comitê Técnico do Programa. Os resultados desse trabalho adicional constarão de documentos específicos para cada Plataforma de identificação e avaliação dos problemas tecnológicos envolvidos.

13. Título da Subação

Nova abordagem para o Sistema Nacional de Pesquisa Agropecuária

Planejou-se inicialmente realizar apenas quatro oficinas congregando em cada uma os principais atores do sistema: instituições de pesquisa, empresas (produtores, fornecedores e processadores), formuladores de política e consumidores. Finalmente optou-se por programar quatro oficinas adicionais, para aprofundar a análise das particularidades regionais dos desafios para o Sistema Nacional de Pesquisa Agropecuária. Dessa forma o novo orçamento estimativo apresentado inclui recursos que comportam realização de oito oficinas que ampliam o escopo do trabalho e, conseqüentemente, também o número de produtos.

14. Título da Subação

Modelos Institucionais para a gestão em CTI

Planejou-se inicialmente restringir as comparações internacionais basicamente ao uso de fontes secundárias, ou seja, de informações disponíveis em relatórios internacionais ou em documentos governamentais. Posteriormente optou-se pela realização de estudos de caso mais aprofundados em países que tenham desenvolvido recentemente inovações institucionais bem sucedidas na gestão de CTI. Dessa forma, o orçamento proposto inclui recursos que comportam a contratação de consultores nacionais e/ou estrangeiros para a realização dos estudos de caso, a realização de uma oficina adicional para a análise dos estudos adicionais e as correspondentes passagens e diárias internacionais. Dessa forma o novo orçamento estimativo apresentado contempla a ampliação do escopo do estudo e do número de produtos resultante.

